

**UNIVERSIDAD EVANGÉLICA DEL PARAGUAY
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS**



DAIZE RIBEIRO GUIMARÃES

**A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 NO QUOTIDIANO ESCOLAR DAS
PRATICAS EDUCATIVAS DOS DOCENTES NO COLÉGIO ESTADUAL JOÃO
GALVAO SOBRINHO DE 2012 A 2016: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.**

**Asunción - Paraguay
2015**

DAIZE RIBEIRO GUIMARÃES

**A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 NO QUOTIDIANO ESCOLAR DAS
PRATICAS EDUCATIVAS DOS DOCENTES NO COLÉGIO ESTADUAL JOÃO
GALVAO SOBRINHO DE 2012 A 2016: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.**

Dissertação apresentada ao Programa de
Postgrado da Universidad Evangélica del
Paraguay - UEP, como requisito para obtenção do
título de Mestre em Ciências da Educação.

Orientador: Dr. Carlos Ibañez Morino

**Asunción - Paraguay
2015**

MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

A COMISSÃO ABAIXO ASSINADA APROVA A DISSERTAÇÃO:

**A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 NO QUOTIDIANO ESCOLAR DAS
PRATICAS EDUCATIVAS DOS DOCENTES NO COLÉGIO ESTADUAL JOÃO
GALVAO SOBRINHO DE 2012 A 2016: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.**

DAIZE RIBEIRO GUIMARÃES

COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Dr. Carlos Ibañez Morino

ORIENTADOR

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Dionisio S. Ortiz Mutti

UNIVERSIDAD EVANGÉLICA DEL PARAGUAY

Prof. Dr. Genaro Ruiz Dias Benitez

UNIVERSIDAD EVANGÉLICA DEL PARAGUAY

Prof. Dr. Esteban Missena Del Castillo

UNIVERSIDAD EVANGÉLICA DEL PARAGUAY

Asunción - Paraguay
2015

Eu creio que a melhor arma contra o racismo e o preconceito ainda seja a educação!
Deka Rissi

RESUMO

A aprovação da Lei 10.639/2003 tem provocado importantes reflexões e desafios para os sistemas de ensino em nosso país, no sentido da efetivação da mesma, e tendo em vista que esta aprovação nos leva a refletir sobre o currículo instituído em nossas escolas que, historicamente, tem negado as diferenças culturais e os valores civilizatórios africanos e afrodescendentes em nossa sociedade. Nesse sentido, a partir dos avanços obtidos a partir da implementação de tal Lei no Brasil e entendemos que a escola ocupa um espaço não apenas geográfico na comunidade e, portanto é preciso que esteja comprometida com a evolução desta sociedade através dos ideais democráticos de igualdade e inclusão que devem estar presentes no seu cotidiano e disposto no Projeto Político Pedagógico. Assim esta escola contribui para que a comunidade escolar alcance o sucesso necessário para participar das ações e compreensão do mundo e supere suas dificuldades e assumindo os desafios do mundo atual é tornando-se um sistema aberto, flexível, dinâmico e coerente com as diversidades. Este trabalho reflete a proposição do Colégio Estadual João Galvão Sobrinho em trabalhar com a referida lei, demonstrando aqui suas dificuldades e entraves que certamente não são específicos a essa escola, mas de uma generalidade importante a ser refletida pelo país. Para tanto, discute-se aqui a legislação em sua origem e o contexto histórico que a precipitou, bem como o aspecto de educação inclusiva dentro da perspectiva dos Direitos Humanos, movimento amplamente atual dentro da sociedade, que deve nortear as ações educacionais.

Palavras-Chave: Educação, Direitos Humanos, Inclusão, Afrodescendentes, Lei 10.639.

ABSTRACT

The approval of Law 10,639/2003 has provoked important reflections and challenges for the systems of education in our country, in the direction of the effectuation of the same one, and in view of that this approval in takes them to reflect on the resume instituted in our schools that, historically, have denied the cultural differences and the African and African descent civilizing values in our society. In this direction, from the advances gotten from the implementation of such Law in Brazil and we understand that the school not only occupies a geographic space in the community and, therefore is necessary that it is compromised to the evolution of this society through the democratic ideals of equality and inclusion that they must be gifts in its daily one and made use in the Project Pedagogical Politician. Thus this school contributes so that the pertaining to school community reach the success necessary to participate of the actions and understanding of the world and surpasses its difficulties and assuming the challenges of the current world an opened, flexible, dynamic and coherent system is becoming with the diversities. This work reflects the proposal of the State College João Galvão Sobrinho in working with the cited law, demonstrating here its difficulties and impediments that certainly are not specific to this school, but of a generality important to be reflected by the country. For in such a way, one argues here the legislation in its origin and the historical context that precipitated it, as well as the aspect of inclusive education inside of the perspective of the Human Rights, widely current movement inside of the society, that must guiding of the educational actions.

Word-Key: Human education, Rights, Inclusion, African descent, Law 10.639.

LISTA DE SIGLAS

CNE- Conselho Nacional de Educação

IPEA- Instituto de Pesquisas Econômica e Aplicada

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC- Ministério da Educação e Cultura

OCNs- Orientações Curriculares para o Ensino Médio

PCN's- Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP- Projeto Político Pedagógico

PNBE-Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional de Bibliotecas Escolares

LISTA DE TABELAS

1-Tabela 1 - Perfil dos entrevistados	56
2- Tabela 2-Perfil Acadêmico	57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 CAPÍTULO 1 ENTRE A HISTÓRIA E A LEI , AS FINALIDADES E OBJETIVOS DA LEI 10.639	17.
11.1 DA ESCRAVIDÃO, PARA A AFIRMAÇÃO, O PRINCÍPIO DA LEI.	17
1.2. A ESCOLA, O PROFESSOR E A LEI	19
1.3. A RELAÇÃO COM O MATERIAL DIDÁTICO	26
1.4 O SURGIMENTO DAS COTAS , DIMINUIÇÃO OU SEDIMENTAÇÃO DAS DESIGUALDADES?	30
CAP 2 POLÍTICAS PUBLICAS PARA A EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: DIREITOS HUMANOS, SOCIAIS E OUTROS DESAFIOS.	36
2.1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DA ESCOLA	45
CAP 3 VIVÊNCIAS E CONSTRUÇÕES NO PROCESSO DA PRÁTICA METODOLÓGICA	48
3.1 MINHA HISTÓRIA E VIVÊNCIA	48
3.2 TIPO DE PESQUISA	53
3.3. CENÁRIO DE PESQUISA	49
3.4 SUJEITOS DA PESQUISA	50
3.5 TÉCNICAS, INSTRUMENTOS E COLETAS DE DADOS	50
3.5.1.1. Perfil dos entrevistados	51
3.5.1. 2. Perfil Acadêmico	52
3.5.1.3- O discurso do professor – Questões de 5 a 18.	52
3.5.1.4 Sobre os pressupostos da lei	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar as pessoas precisam aprender; e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar!” Nelson Mandela

A Lei 10.639/2003 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio - públicos e privados - o estudo da história e cultura afro-brasileira. Assim, embasados em tal lei podemos constatar a relevância de um aprofundamento nos assuntos referentes à cultura africana e afro-brasileira dentro do contexto escolar. No presente texto pretendemos além de refletir acerca da Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. Discutir de que forma essa lei é aplicada no cotidiano da escola e mais ainda de que forma as pessoas envolvidas no processo educacional percebem e aceitam essa lei.

Ao se falar em africano e afro-brasileiro o binômio escravo-negro vem logo em mente. Assim, uma primeira reflexão que devemos fazer é sobre a palavra escravo, que foi sempre atribuída a pessoas de cor de pele escura e em determinadas condições de trabalho. De modo que, a palavra escravo não tem sentido sem a relação do que é o trabalho e das condições para o trabalho.

O primeiro ponto que aqui há que se considerar é que se deve desmistificar em sala a questão da escravidão enquanto condição natural, ou seja, quando nos referimos, em sala de aula, ao escravo africano, nos equivocamos, pois ninguém é escravo – as pessoas foram e são escravizadas. A nomenclatura escravo, é um substantivo que parece adjetivo em nossas escolas pois além de naturalizar essa condição às pessoas, ou seja, trazer a idéia de que ser escravo é uma condição inerente aos seres humanos, também possui um significado preconceituoso e pejorativo, que foi sendo construído durante a história da humanidade e foi tornando-se natural a algumas condições de subserviência social e política, legitimadas e aplicada e mais ainda justificadas pelas questões étnico-raciais, culturais e religiosas. Além de tornar a escravidão uma questão localizada, referente aos

africanos a história e a escola principalmente trata-a como uma condição de submissão e passividade atribuída ao negro africano.

O ambiente escolar é responsável pela manutenção das desigualdades e da discriminação, em um primeiro momento, a educação foi extremamente valorizada como forma da população negra alcançar novos postos e enfrentar os/as brancos/as numa sociedade em pleno processo de modernização. A história começa a mudar quando acontece a percepção de que a educação eurocentrista, amplamente praticada nas escolas, inferiorizava racialmente negros/as. Era preciso romper, era preciso ressignificar a África”.

No decorrer dos anos 70, sobretudo com o surgimento dos novos movimentos e a retomada das organizações negras em 1978 após o refluxo ocorrido em função do auge do período ditatorial – a educação ganhou cada vez mais destaque. O cenário se tornou ainda mais favorável na Constituinte de 1988, quando o ensino da História do Brasil considerando as diferentes culturas e etnias passou a ser exigência comum das entidades negras.

Assim, Na primeira metade da década de 90 do século XX, foi realizado um dos eventos mais significativos para o movimento negro brasileiro, a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida. Nessa ocasião os organizadores/as entregaram ao então presidente Fernando Henrique Cardoso, o “Programa de Superação do Racismo e Desigualdade Racial”. Esse ato teve um desdobramento eficiente pois culminou em mudanças como a revisão dos livros didáticos e em conseqüência a eliminação daquelas obras que traziam os/as negros/as de forma estereotipada, vinculados a valores pejorativos.

A contínua pressão e mobilização desse período conquistaram, por meio de leis, a inclusão de disciplinas sobre a História dos Negros no Brasil e do Continente Africano nos ensinos fundamental e médio das redes estaduais e municipais principalmente no estado da Bahia e capitais como Belo Horizonte, Porto Alegre, Belém, Aracaju, São Paulo, Teresina e Brasília. Infelizmente essa obrigatoriedade do ensino principalmente através da disciplina história causou resistência e pouco se fez para que ocorresse uma efetiva implementação destas normas estabelecidas regionalmente.

No início de 2003, no entanto, com a pressão de anos pelas questões de inclusão e de direitos humanos o crescimento do debate em âmbito nacional resultou, finalmente, na alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação com a sanção da conhecida lei 10.639, que determinou os seguintes artigos:

Art. 26 – A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1ª – O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2ª – Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Todos estes dispositivos legais encontraram nas “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” as orientações para formulação de seus projetos comprometidos com a educação de relações étnico-raciais positivas. Este parecer, aprovado em 2004, procurou dar respostas na área de educação para demanda da população afrodescendente, por meio da construção de uma política curricular que combatesse o racismo e as discriminações, especialmente dos negros. Diante desta contextualização, chama a atenção para a importância da participação e do controle social, sem os quais, seria impossível pensar em uma forma de regulamentação que efetive a implementação da Lei 10.639. O avanço com a lei federal infelizmente não garante a sua aplicação e o quadro é bastante desmotivador em relação a essa inclusão.

A Lei 10.639/03 vem trazer novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana, basicamente por ter sido a África uma das matrizes da formação do povo brasileiro e sem dúvida juntamente com as nações

indígenas obliteradas e marginalizadas na história dessa formação tal qual passada nas escolas. A idéia é que a escola, principalmente os professores devem ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as idéias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas.

Com a Lei 10.639/03 também foi instituído o dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro), em homenagem ao dia da morte do líder quilombola negro Zumbi dos Palmares. O dia da consciência negra é marcado pela luta contra o preconceito racial no Brasil. Sendo assim, como trabalhar com essa temática em sala de aula? Os livros didáticos já estão realmente e corretamente adaptados com o conteúdo da Lei 10.639/03 Se estão, o professor sente-se preparado para esse ensino, sente-se à vontade ao tratar da temática? A escola possui uma política de aprovação consciencial a temática ou apenas segue a legislação?

O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, após a aprovação da Lei 10.639/03, fez-se necessário para garantir uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira. Portanto, os professores exercem importante papel no processo da luta contra o preconceito e a discriminação racial no Brasil. É sobretudo um trabalho de inclusão. A educação em seu aspecto inclusivo disposto também por elei deve considerar as populações obliteradas dos direitos à cidadania.

É notório que a Lei representa um avanço ao possibilitar a construção de um multiculturalismo crítico na escola brasileira, ao tempo em que reconhece uma luta histórica do movimento negro em nosso país, cuja bandeira de luta consistia em incluir no currículo escolar o estudo da temática “história e cultura afro-brasileira”. Por outro lado, não podemos esquecer que muito precisa ser feito para que a Lei não se torne letra-morta e venha contribuir, de fato, para uma educação multicultural.

Por isso torna-se urgente um repensar a prática pedagógica dos educadores já que os mesmos foram educados dentro de um processo onde quase sempre foram ensinados a perceber a vida do negro a partir da sua vinda ao Brasil para argamassar a economia de seus senhores mediante um trabalho duro e árduo e o Continente africano percebido como se fosse um país com safáris, AIDS, pobreza

e religiosidade demonizada .

Como foi dito anteriormente apesar dos avanços em termos legais, a efetivação da lei encontra dificuldades em sua execução e essas dificuldades estão desde o material didático fornecido, quanto à formação do professor e o preconceito social que teima em tratar com alegoria e folclore o que diz respeito às populações negras e indígenas. Assim, analisar, desconstruir e fomentar ações no intuito de superar e desfazer equívocos relacionados a cultura africana e a afro-brasileira torna-se um desafio a ser vencido já que sendo o professor o grande agente do processo educacional sistematizado cabe a ele buscar a qualidade constante em sua formação, não se tornando um mero repassador de conhecimentos, mas um agente de mudança e transformação social .

De acordo com Chalita (2004):

O professor é o grande agente do processo educacional. A alma de qualquer instituição de ensino é o professor. Por mais que se invista em equipamentos, em laboratórios, biblioteca, anfiteatros, quadras esportivas, piscinas, campos de futebol – sem negar a importância de todo esse instrumental -, tudo isso não se configura mais do que aspectos materiais se comparando ao papel e à importância do professor (CHALITA 2004, p. 161).

É preciso reconstruir e transformar saberes em práticas, tornando-se o ser pensante da educação. Afinal alguns podem pensar teorias, contudo educadores é que tentam praticá-las todos os dias. É perceptível que alguns educadores não receberam na sua educação e formação de cidadãos o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na práxis educativa . Assim, partindo do pressuposto de que a aprovação da Lei 10.639/2003 tem provocado importantes reflexões e desafios para os sistemas de ensino em nosso país, no sentido da efetivação da mesma, e tendo em vista que esta aprovação nos leva a refletir sobre o currículo instituído em nossas escolas que, historicamente, tem negado as diferenças culturais e os valores civilizatórios africanos e afrodescendentes em nossa sociedade. Nesse sentido, e pensando a partir dos avanços obtidos a partir da implementação de tal Lei no Brasil instiguemos a indagar: A escola brasileira tem servido a quais interesses? Que representações dos povos afro-descendentes e afro-brasileiros estão sendo propagadas no âmbito da educação sistematizada? Como tem sido a gestão democrática instaurada nas escolas? Que conhecimentos estão sendo valorizados,

dentro do contexto do PPP das escolas? Quais informações os educadores tem tido em relação a Lei 10.639/2003 ? Que aplicabilidade os educadores tem feito de tais informações? Como se planeja as ações didático-pedagógicas a partir da referida Lei?

Assim se faz necessário que a escola como a principal formadora do individuo depois da família ajude a desconstruir a imagem negativa do africano e do afro-brasileiro rompendo com o silencio sobre as questões que permeiam um aprofundamento mais incisivo nos assuntos referentes a tais etnias e o preconceito ainda existente quanto a elas, possibilitando ações formativas direcionadas aos docentes e oferecendo subsídios para que trabalhem com essa temática de forma consciente e técnica.

Para tanto ações como adequação do currículo em atendimento as necessidades oriundas da Lei 10.639/2003 e do planejamento escolar devem abrir espaço para promover reflexões sobre o lugar dos afrodescendentes na sociedade brasileira, identificando formas de exclusão e discriminação vivenciadas por estes grupos, ao longo da história brasileira e local com a adoção de atividades e/ou projetos educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na escola, nos diferentes níveis de ensino. E importante ressaltar que essa lei altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e tem o objetivo de promover uma educação que reconhece e valoriza a diversidade, comprometida com as origens do povo brasileiro. Essa lei pode ser entendida dentro de um aspecto mais amplo, contido no contexto da valorização dos Direitos Humanos e Inclusão Social, um movimento que desde o pós 2ª. Guerra tem tomado corpo no mundo inteiro.

Entende-se aqui que a escola é o lugar de construção, não só do conhecimento, mas também da identidade, de valores, de afetos, enfim, é onde o ser humano, sem deixar de ser o que é, se molda de acordo com sua sociedade. O Brasil, formado a partir das heranças culturais européias, indígenas e africanas, não contempla, de maneira equilibrada, essas três contribuições no sistema educacional. Por isso, ter como meta a efetiva realização das prerrogativas dessa Lei é essencial para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Com essas questões em mente, essa pesquisa objetiva entre outros itens discutir a inclusão e qualificação no âmbito do Projeto Político Pedagógico das

escolas a questão da diversidade étnico-racial para sistemática discussão, aprofundamento e redimensionamento visando a consolidação uma escola para e com todos, na direção do fortalecimento da qualidade social do ensino, bem como analisar e refletir sobre a questão étnico-racial e sobre as práticas didático-pedagógicas aplicadas pelos educadores no cotidiano escolar da educação dos município de Itamari- Bahia, especificamente no Colégio Estadual João Galvão Sobrinho. Com esses objetivos justifica-se a importância de reconhecer a inclusão da temática africana e afro-brasileira no currículo, não apenas pela necessidade de cumprir a Lei nº 10.639, mas como estratégia para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática, fomentando assim o fortalecimento da convivência com as diferenças, aspecto tão antigo e também atual e necessário diante das vicissitudes da vida.

A pesquisa será realizada através de um estudo etnográfico, tendo como campo empírico os educadores da rede Estadual da cidade de Itamari Ba que atuam na Educação Básica deste município. A opção metodológica justifica-se pelo fato do estudo etnográfico se constituir, como um estudo representativo de muitos outros e pela possibilidade de se compreender em profundidade e em sua complexidade o fenômeno em estudo. Constituindo, ainda, como afirma Macedo (2004, p.90), “teorias em ato, impregnadas dos aspectos inerentes à temporalidade da emergência complexa das realidades estudadas”.

Partindo desses pressupostos, os caminhos metodológicos necessários à operacionalização da pesquisa foram a revisão teórico-conceitual das temáticas enfocadas no projeto para dar início às atividades de campo; estudo e análise do PPP da escola da em estudo, realização das visitas de observação aos professores participantes da pesquisa; triangulação e análise de dados. O registro de dados, seguiu-se da utilização das técnicas de entrevista e questionário semi-estruturados onde são observados os aspectos de formação inicial e continuada do mesmos e de que forma essa formação incide em sua prática reverberando nos projetos propostos na escola. O trabalho está disposto em uma introdução e mais 3 capítulos onde serão explicitados respectivamente o histórico da lei 10.639 no contexto brasileiro, o contexto inclusão educacional que incide sobre a observância dos Direitos Humanos e a pesquisa propriamente dita onde são confrontados os aspectos teóricos com a prática do professor.

CAP1. ENTRE A HISTÓRIA E A LEI , AS FINALIDADES E OBJETIVOS DA LEI 10.639.

Nesse capítulo serão tratados os aspectos históricos da escravidão,. Em sua conceituação e origem em aspecto amplo até chegar à escravidão africana que dá origem a escravidão no Brasil e que servirá de eixo motivador para a lei 10.639, bem como o surgimento das cotas como ações afirmativas para debelar as situações de desigualdade no país.

1.1. DA ESCRAVIDÃO, PARA A AFIRMAÇÃO, O PRINCÍPIO DA LEI.

O formato de escravidão imposto pelos descobridores principalmente sobre os povos africanos (oriundos da África Subsaariana) era diverso daquele que foi utilizado pelos árabes (egípcios e outros) durante a Idade Antiga. Na escravidão da antiguidade, os escravos eram formados por negros e brancos e tinham como função básica servir à família de seus senhores. O método de escravidão empregado pelos europeus durante a Idade Moderna era completamente distinto. A primeira diferença nítida foi o tráfico de escravos iniciado no século XVI; e a segunda, foi que o trabalho deles era executado em grandes propriedades agropecuárias e no processo de mineração de metais e pedras preciosas. Procurou-se argumentar nesse período que, além do intuito missionário, a servidão dos negros era plenamente aceitável porque eles eram considerados seres inferiores. Durante mais de três séculos essas práticas em detrimento dos povos escravizados foram amplamente aceitas, chegando ao seu fim apenas no século XIX, quando os movimentos abolicionistas se expandiram em todo o continente americano.

Em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel assina a Lei Áurea, os escravos são libertos e depois disso pouco se ouve falar sobre os destinos dos milhões de negros brasileiros. Foram 354 anos de escravidão, população negra escravizada trabalhando para enriquecer a branca. Na pós-abolição, no processo de industrialização do Brasil, incentivou-se a vinda dos imigrantes europeus pra cá. Muitos inclusive receberam terras do Estado brasileiro, ou seja, foram beneficiados por “benesses”, que se chama atualmente de ação afirmativa para iniciarem suas

vidas por aqui. Tiveram acesso a trabalho remunerado e, se hoje a maioria de seus descendentes desfrutaram de uma realidade confortável foi porque foram ajudados pelo governo pra isso.

O mesmo não aconteceu com a população africana. Além de não serem criados mecanismo de inclusão por parte do Estado , a abertura das senzalas oportunizou o surgimento das favelas, onde verdadeiros bolsões de pessoas se formaram, favorecendo a propagação da marginalização e estereótipos para essa parcela da população. Se hoje a maioria da população negra é pobre é por conta dessa herança escravocrata e por falta da criação desses mecanismos. É necessário assim conhecer a história para entender porque certas medidas, como ações afirmativas, foram criadas e que muitos consideram justas e necessárias e afirmam que elas precisam existir justamente porque a sociedade é excludente e injusta para com a população negra. Enquanto outros afirmam que esse tipo de benefício aprofunda ainda mais as disparidades e marginalização social.

Entende-se aqui que , durante décadas, a população negra e os grupos indígenas foram meros coadjuvantes no currículo escolar brasileiro, embora tenham sido importantes protagonistas de nossa história. Após anos de dívida, a situação começou a mudar na década de 2000, com a aprovação de duas leis que tornaram obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena em todas as escolas de ensino fundamental e médio do país.

A primeira delas surgiu em 2003. A Lei 10.639 acrescenta dois artigos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e estabelece o ensino de história e cultura afro-brasileira por meio de temas como história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. Cinco anos depois, a lei nº 11.645 é sancionada e passa a incluir também as populações indígenas. De acordo com o texto, o ensino deve se basear em três princípios: a consciência política e histórica da diversidade, o fortalecimento de identidades e de direitos, e as ações educativas de combate ao racismo e às discriminações. Os conteúdos devem ser ministrados de forma transversal em todo o currículo, em especial nas áreas de artes, literatura e história.

As duas alterações da LDB são complementares, pois ambas almejam pluralizar o currículo e possibilitar que dois grupos étnicos que até então estavam presentes apenas do ponto de vista do colonizador sejam vistos com outros olhos, diz. Para auxiliar a prática, em 2004, o MEC divulgou as diretrizes para a implementação da lei. Assim, o documento afirma que as instituições educacionais devem tratar o tema de forma interdisciplinar e transversal, não se restringindo a datas comemorativas ou à criação de disciplinas. Entende que Aqui não se trata de apenas inserir um novo conteúdo no currículo, mas de fazer os alunos refletirem sobre a democracia racial e a formação da sociedade brasileira. É uma mudança no sentido de colocar as relações humanas no centro das ações. É antes de tudo uma ação em direção à inclusão social.

1.2. A ESCOLA E A LEI

A escola enquanto espaço de reprodução das desigualdades é certamente o espaço mais difícil para a implementação da lei. E parece estar a cada dia a mais longe do ideal nesse sentido pois apesar de haver fomentado o aumento da discussão nas salas de aula e a mudança nos materiais didáticos, o ensino ainda se restringe a ações pontuais, pois enquanto há escolas e redes com trabalhos bem avançados, mas a maior parte ainda encara a educação para as relações étnico-raciais como uma questão a ser trabalhada somente nas comemorações do Dia da Consciência Negra ou no Dia do Índio, aponta. O compromisso que deve ser institucionalizado acaba sendo restrito a ações individuais de alguns professores. Não há assim um compromisso global de gestores e as secretarias municipais e estaduais. Ou seja, a lei não é estabelecida como política pública.

Quando examinamos a história da educação, constatamos que nem sempre se cuidou adequadamente da importante questão da formação do professor. Desde os tempos da colônia, quando os padres jesuítas eram os únicos educadores por aqui, a essa questão não foi dada prioridade. Com a expulsão dos religiosos, em 1759, a Coroa Portuguesa procurou substituí-los por professores leigos, desqualificados e mal pagos, piorando ainda mais o quadro educacional na colônia (ROMANELLI, 2003). Nessa perspectiva, a formação de professores em serviço é entendida como

uma "formação contínua", e pode se dar no cotidiano e a partir do cotidiano profissional destes. Sobre essa questão Candau (1997), vem elucidar que a escola torna-se um importante locus de formação continuada na medida em que a prática docente se converta em uma "prática reflexiva, uma prática capaz de identificar os problemas, de resolvê-los" (CANDAU, 1999, p. 57).

Sabemos que a escola, embora reconhecida por muitos teóricos como espaço de reprodução dos interesses e da cultura das classes hegemônicas (BOURDIEU; PASSERON, 2008), ela é também um espaço de confronto de forças, de mudanças.

Assim, uma proposta de uma educação voltada para a diversidade coloca a todos nós educadores, o grande desafio de estarmos atentos às diferenças econômicas, sociais e raciais e de buscar o domínio de um saber crítico que permita interpretá-las. Nesta perspectiva será preciso rever o saber escolar e também investir na formação do educador, possibilitando-lhe uma formação teórica diferenciada da eurocêntrica. E o ponto de partida é repensar as práticas pedagógicas e curriculares, levando em consideração a pluralidade cultural.

Com o advento da Lei 10.639/03, as instituições públicas e privadas sentiram necessidade de fomentar aos seus funcionários práticas pedagógicas que qualificassem os profissionais da Educação, neste sentido, tem-se como objetivo analisar os avanços que a formação profissional vem galgando rumo a um aperfeiçoamento das relações étnico-raciais.

Os avanços que a Educação Brasileira vem conquistando nas décadas mais recentes são inegáveis. Considerando as condições de acesso, pode se verificar que as conquistas ainda estão restritas à implementação de leis sem se atentar para seu cumprimento nas posturas e práticas e que devem ser corrigidas a partir do corpo docente e de toda a comunidade escolar.

A Lei e seus aportes encaminham duas questões correlacionadas. Por um lado, elege a África como uma das matrizes das instituições nacionais, retirando da Europa o lugar de matriz única de nossa cultura. Por outro lado, diz respeito ao agente mais importante do processo educacional – o professor. (COELHO, p. 307-308).

Neste contexto, Coelho, em seu artigo “Igualdade e diferença na escola: um desafio à formação de professores” aponta as diretrizes curriculares ao eleger a África como centro de estudos, no intuito de que o sistema educacional coíba a reprodução do preconceito e da discriminação. Mas a grande preocupação nesse sentido é que os professores não foram formados para analisarem a questão étnico-racial de forma a se desprenderem dos hábitos eurocêntricos.

Para Rocha (2008, p. 57) Esse redimensionamento da perspectiva causou, evidentemente, uma enorme inquietação no meio educacional, uma vez que a Lei obriga a introdução de novos conteúdos e uma nova perspectiva. A prática docente e a formação inicial e continuada de professores e, por conseguinte, o currículo exige revisão de modo a adequarem-se às demandas legais e à satisfação da orientação pela inclusão que foi e é a tônica da política educacional brasileira dos últimos anos.

Com a inserção da Lei 10.639/03, fica claro que os profissionais da Educação devem se desprender de algumas práticas pedagógicas ensinadas em sua graduação. Pois quando os professores encontram-se sentados nos bancos acadêmicos, estes são ensinados a repassarem aos seus educandos, apenas conteúdos relacionados a sua licenciatura.. “Essa falta de preparo que, devemos considerar com reflexo do nosso mito de democracia racial compromete, sem dúvida o objetivo fundamental de nossa missão, no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã” (MUNANGA 2008, p. 11).

Segundo Rocha (2008, p. 58), considerando a Escola como o espaço na qual estereótipos, preconceitos e práticas discriminatórias são desconstruídas. Ela reúne instrumentos pedagógicos que viabilizam esse propósito a partir da reflexão dos profissionais que a compõem. Docentes e técnicos podem “pôr abaixo” grande parte dos entraves interpostos às populações afro-descendentes que as impedem de viver plenamente a cidadania . A apresentação positiva da História e da cultura dessas populações e uma das estratégias a serem colocadas em pratica de modo efetivo e consecutivo.

Sabemos que é difícil, mas nunca impossível, construir subsídio de peso para ajudar os professores a desencadear um processo de superação do racismo na Escola. Para Munanga (2008, p. 17),

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas e que existem nas cabeças das pessoas (...). No entanto, cremos que a Educação é capaz de dar tanto ao jovens quanto aos adultos a possibilidade de questionar e de desconstruir os mitos de superioridade e de inferioridade entre grupos humanos que foram socializados (...) não temos dúvidas que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima. Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção de individualidades históricas e culturais das populações que formam a matriz plural do povo e da sociedade brasileira.

A escola tem o papel de formar o aluno para o exercício de cidadania, do trabalho e continuar aprendendo ao longo da vida. Esta é a orientação da Lei de Diretrizes de Bases e das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino no Brasil. Ampliar a cidadania é um dos objetivos principais que devem orientar o trabalho pedagógico, e por causa disso, a escola tem que buscar o desenvolvimento de competência e habilidades que permitam compreender a sociedade que vivemos. Para Coelho (2008, p. 103),

Ainda que a perspectiva e os procedimentos do professor possam ser considerados tradicionais, é inegável existência de certa coerência entre o conceito adotado de cidadania e a prática pedagógica. Uma vez que seu conceito informa uma concepção de cidadão ativo, capaz de situar-se diante de dificuldade, de formar opiniões próprias, de ler o mundo, de distinguir o “verdadeiro e o aparente”, sua prática pedagógica não se encaminha para a transmissão de regras e para o condicionamento de comportamento, mais para a construção de competências e a habilidade que permitam ler o mundo e interpretá-lo.

Portanto o papel da escola é buscar meios através de bibliografia sobre as questões étnicas e raciais, eleger o tema para discussão em grupo de estudos e fomentar a criação de cursos para que os professores, técnicos, alunos, ou melhor, a comunidade escolar como um todo, possa se aprofundar nas causas e conseqüências da dispersão dos africanos pelo mundo e abordar a História da África antes da escravidão. Enfocando as contribuições dos afro-descendentes para o

Para alguns especialistas, o maior desafio para a implementação da lei de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo MEC está na formação dos professores. Apesar do aumento da oferta das disciplinas principalmente nas que tratam da

questão étnico-racial. Muitas dessas instituições ainda não estabeleceram ementas e disciplinas que realmente tratem a temática de maneira ampla. Mesmo as universidades públicas ainda carecem de um comprometimento e uma valorização maior.

Há que se considerar também que muitos professores que tiveram sua formação antes da implementação da lei, a receberam apenas para ser cumprida. Hoje eles estão em sala de aula apenas com as representações que adquiriram com a vida, mas não tem suporte suficiente para programar tais mudanças. Assim a queixa comum dos professores é a de que eles não se sentem confiantes para tratar do tema em sala de aula, nem para intervir em situações de discriminação no ambiente escolar. A maioria na verdade não se sente sensibilizado. Há um distanciamento pessoal em relação ao tema. Poucos são aqueles que se sentem sensibilizados com a cultura negra, indígena, cigana ou enfim das minorias. A maioria ainda prefere continuar o discurso da história eurocêntrica ou factual como foram ensinados. E aqueles que se aventuram, mesmo sem um apoio da comunidade escolar como um todo, por vezes incorre no erro da pura folclorização, repetindo estereótipos já internalizados, apreendidos ao longo de sua jornada escolar, que destacava o caráter exótico e o primitivo dos povos que não foram completamente aculturados pelos europeus.

Difícil se torna por vezes entender que tratar as histórias indígenas e africanas como lendas, equivale a tratar as histórias bíblicas como lendas cristãs. Afirmar isso fere a crença de muitos, mas não entendem dessa forma com o outro. Nisso são constantemente associados às produções literárias indígenas e africanas e não representam a realidade. Outro preconceito comum é atribuir uma falsa unidade à diversidade de grupos étnicos. Exemplo disso é que nossas crianças ainda têm a imagem do indígena pintado e seminu, dançando em volta da fogueira. Esse índio genérico não existe, mas virou folclore e apenas isso para muitos.

Nesse sentido, lembra-se aqui o que Boaventura Souza Santos (1987) afirma acerca da concepção de cultura, multiculturalismo ao ancorar seu pensamento na crítica radical à modernidade ocidental, Boaventura Santos (1987) articula a dominação do sistema do capital com a violência matricial do colonialismo, camuflada como missão civilizatória, dentro do marco historicista ocidental. E, assim,

amplia a concepção de dominação e de poder, articulando as formas de domínio do capital com as violências do colonialismo, materializadas em opressões e discriminações de diferentes ordens: étnicas, de gênero, de opção sexual, religiosas, de padrões estéticos.

Nesta perspectiva, Boaventura Santos (1987) configura distintos “espaços-tempos”, a encarnar diferentes expressões de dominação, e modos de poder que vão desde o “espaço-tempo doméstico” ao “espaço-tempo mundial”, passando pelos “espaços-tempos da produção, da comunidade, do mercado, da cidadania”... A rigor, são espaços-tempos que encarnam modos fundamentais de poder, dominação, opressão, discriminação, nesta civilização do capital onde permanecem e resignificam-se distintas expressões de colonialismo social, cultural, nos marcos da colonialidade do poder. (CARVALHO,2009)

Romper com esse paradigma é romper com estruturas de poder das quais o professor é fruto e dá frutos. Esse é o papel da igualdade e da inclusão dispostas no discurso da contemporaneidade, contrapondo o que Boaventura configura :duas formas de domínio hierarquizadas nesta civilização do capital colonialista: o sistema de desigualdade que constitui um sistema hierárquico de integração social, dando lugar à integração subordinada e explorada; o sistema de exclusão que gesta um sistema hierárquico de segregação, dando lugar a distintos processos do “estar fora”, criando formas de “não existência.

Na dinâmica contemporânea estes dois sistemas da desigualdade e de exclusão articulam-se e, mesmo, imbricam-se, no âmbito das populações sobrantes, supérfluas para o capital que vivenciam processos perversos de exclusão e inclusão precária, em meio a formas de não-existência, gestadas nos marcos da colonialidade do poder. Em verdade, nesta civilização mundializada do capital, nos marcos da tecnologização da ciência, o trabalho vem deixando de ser elemento de inclusão subordinada, passando a fator de exclusões e inclusões precárias, no fio da navalha do capital e dos neocolonialismos (SANTOS,1987)

Trazendo essa reflexão para o nosso campo, entende-se que as mudanças no ensino de cultura e história afro-brasileira e indígena devem se dar a partir da atuação dos gestores de educação dos municípios e estados. Deve partir do micro. O discurso de inclusão social de minorias apesar de bonito é muito ambíguo frente a uma freqüente colonialidade de poder. Em nível micro as universidades poderiam subsidiar enviando pesquisadores qualificados, para auxiliar tanto na capacitação

dos gestores, que promovam uma formação continuada de qualidade para os professores, tanto na relação direta com esses professores no sentido de sensibilizá-los para essa empreita. A questão racial é assunto de todos e deve ser conduzida para a reeducação das relações entre descendentes de africanos, de europeus e de outros povos. Só assim haverá o reconhecimento da existência, da necessidade de valorização e do respeito ao afrodescendente e a sua cultura dentro da escola.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, o MEC orienta as secretarias de educação a instituir equipes técnicas permanentes para assuntos relacionados à diversidade cultural e étnica. Mas é preciso que nas escolas, diretores e coordenadores assumam também a responsabilidade. Assim, rediscutir o Projeto Político-Pedagógico e promover a reorientação curricular são algumas das medidas iniciais para que o pensamento e ação multicultural seja introduzido no dia-a-dia através a princípio de projetos que vislumbrem a temática de forma responsável condizente sem apelar para estereótipos e alegorias. Ainda lembrando Boaventura Sousa Santos a ignorância colonialista consiste na recusa do conhecimento do outro como igual,. Quando a escola não se prepara para lidar com esse conhecimento certamente está reafirmando atitudes colonialista que trazem o outro sempre como inferior ao eu.

Para atender à lei, o MEC e as secretarias de educação têm cada vez mais distribuído materiais didáticos e paradidáticos que contemplam a diversidade étnica e cultural. Há muitas obras de qualidade disponíveis. Porém, devido ao despreparo, muito material não é aproveitado, pois os professores não sabem como utilizá-lo. A equipe gestora precisa conhecer o material disponível e discutir com a equipe docente quais serão os elementos explorados.

O MEC também possui diversas publicações para auxiliar gestores, diretores e professores na aplicação da lei. O documento Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais fornece os subsídios de como levar o tópico das relações raciais para dentro da escola. Já em Orientações para a Educação das Relações Étnico-Raciais é possível encontrar propostas de abordagens e sugestões de atividades para os diversos níveis escolares.

1.3. A RELAÇÃO COM O MATERIAL DIDÁTICO

Entendemos que a lei torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Ensino Fundamental e Médio para escolas públicas e particulares, matéria que deve ser ensinada em todo currículo escolar de forma interdisciplinar, mas principalmente nas disciplinas de História, de Literatura e de Artes. Para colaborar com a efetivação da Lei Federal nº 10.639/2003, em junho de 2004 o CNE/CP, através do Parecer nº 3/2004, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O parecer mostra várias indicações de como este conteúdo pode ser implementado no sistema escolar (BRASIL, 2003, 2004). O parecer nos informa que:

[...] procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. (BRASIL, 2004, p. 2).

O documento também aponta para questões que precisam ser modificadas no sistema educacional de ensino e, para tanto, o sistema de ensino e os estabelecimentos de educação básica, nos níveis de educação infantil, educação fundamental, educação média, educação de jovens e adultos, educação superior, precisarão providenciar como: edição de livros e de materiais didáticos, para diferentes níveis e modalidades de ensino, que atendam ao disposto neste parecer, em cumprimento ao disposto no Art. 26A da LDB, e para tanto abordem a pluralidade cultural e a diversidade étnica da nação brasileira, corrijam distorções e equívocos em obras já publicadas sobre a história, a cultura, a identidade dos afrodescendentes, sob o incentivo e supervisão dos programas de difusão de livros educacionais do MEC- Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE). (BRASIL, 2004, p. 11).

Necessário ponderar, que para além das condições do material didático, a formação dos professores e sua preparação deve estar sempre em pauta. De acordo com resultados de pesquisas feitas recentemente por Ferreira (2004, 2006 e 2007),

Gomes & Silva (2002), entre outros, os professores não estão sendo preparados para lidar com a comunidade diversa que temos nas escolas brasileiras. Os resultados demonstram que há uma necessidade urgente de que as universidades (que formam os professores) incluam em seus currículos (planos de ensino) e em seus PPPs (projetos político-pedagógicos) estas discussões, para que tenhamos professores mais preparados, críticos e cientes de seu papel transformador.

Trata-se de um papel que devem exercer dentro do sistema escolar de ensino em prol de práticas sociais de igualdade étnico-racial, papel que, certamente, também passa pela questão de saber analisar, de uma forma crítica e analítica, os materiais de ensino que utilizam em sala de aula.

Os parâmetros educacionais nacionais têm contribuído para que os livros didáticos apresentem melhoras significativas com relação aos estereótipos apresentados sobre o negro. Os materiais didáticos, no entanto, ainda refletem o que foi construído socialmente e historicamente sobre o que é ser negro no Brasil. Para desenvolvermos esse argumento, entende-se aqui que Os materiais pedagógicos têm papel fundamental na reprodução de ideologias, expandindo visões estereotipadas acerca de raça/etnia, de classe social, de gênero em nossa sociedade e isso ocorre porque estes materiais se sobressaem “pela importância que lhe[s] é conferida pelos pais, alunos e professores”, sendo considerados “depositório[s] da verdade, a memória conservada das civilizações” (SILVA, 1995, p. 47).

A escolha dos parâmetros nacionais para o Programa Nacional do Livro Didático, dos Parâmetros Curriculares Nacionais e da Lei Federal nº 10639/2003 se dá principalmente pelo fato de que estes são os documentos oficiais que permeiam o ensino básico, bem como estes documentos trazem contribuições significativas.

De acordo com Rosemberg (2003) O surgimento do movimento negro nos anos 1980 e a implantação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em 1996 fizeram com que se iniciasse um interesse por um tratamento diferenciado aos negros. Pesquisadores desenvolveram uma série de ações para que isso pudesse ocorrer e o PNLD passou a proibir a circulação de livros didáticos que expressassem preconceitos de origem, de cor, de condições socioeconômicas, de etnia, de gênero e qualquer outra forma de discriminação (ROSEMBERG, 2003, p. 137).

Assim, podem-se já perceber mudanças nos livros didáticos na década de 1990. Silva (2002) afirma que, nestes livros didáticos da década de 1990, a representação do negro é feita da mesma forma que a dos brancos. Segundo ela, Eles [os negros] aparecem ilustrados, com status econômico de classe média, com constelação familiar, crianças praticando atividades de lazer, em interação com crianças de outras raças/etnias, com nome próprio, sem aspecto caricatural e freqüentando a escola; adultos negros exercendo funções e papéis diversificados, descritos como cidadãos, interagindo com pessoas de outras raças/etnias sem subalternidade, entre outras transformações. (SILVA, 2002, p. 2).

Percebe-se aqui que já vem ocorrendo transformações na visão acerca dos negros e as legislações oficiais certamente têm contribuído para isto. Estas mudanças são decorrentes de reivindicações ocorridos por pressão de vários movimentos sociais (movimento negro, movimento feminista e outros) e que foram transformados em parâmetros nacionais como estes que estamos analisando.

A exemplo a visão trabalhada nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1998) sobre a temática racial e étnica é abordada como forma transversal através do tema da pluralidade cultural. Conforme Souza & Menegassi (2004), a abordagem da pluralidade cultural no contexto escolar é tratada como um desafio pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1998), ou seja, uma luta contra todo tipo de discriminação. Os autores afirmam ainda que os PCNs adotam como conceito de raça o “conjunto de indivíduos com caracteres somáticos como cor da pele, tipo de cabelo”, enquanto etnia é abordada como “grupos sociais diferenciados dos outros por especificidade cultural”, sendo que o último termo (etnia) seria o mais adequado para ser trabalhado no meio escolar, pois abrange uma maior dimensão cultural no que tange às características físicas de um grupo e sua identidade cultural., visto que o conceito de raça é controverso e refutada atualmente pela ciência.

Entretanto essa terminologia não pode e não deve ser excluída pois historicamente explica toda uma concepção cultural intrínseca à formação das sociedades e portanto é bastante significativa à contemporaneidade.

Entretanto, para Souza & Menegassi (2005), os PCNs propõem uma educação comprometida com a cidadania, porém a temática relacionada à questão

racial e étnica vem sendo tratada de forma errônea. Essa forma errônea no que se refere à forma lidado com a questão da diversidade que está sempre presente dentro do âmbito escolar. De acordo com (CAVALLEIRO, 2001; FERREIRA, 2004), o que pesquisas atuais tem apontado é que infelizmente a tem mais contribuído para que o preconceito permaneça do que para que ele seja desconstruído e desafiado.

Ainda de acordo com Rosemberg (2003) os estudos sobre preconceito racial nos livros didáticos e paradidáticos (leitura didática) iniciaram na década de 1950, com a pesquisa de Dante Moreira Leite (1950): Preconceito racial e patriotismo em seis livros didáticos brasileiros. Neste livro de Dante Moreira Leite se pode constatar a representação do negro “[...] em situação social inferior à do branco: o tratamento da personagem negra com postura de desprezo; a visão do negro como alguém digno de piedade; o enfoque da raça branca como sendo a mais bela e a demais poderosa inteligência [...]” (p. 132).

Ainda de acordo com Rosemberg (idem), essas representações defendem a “inferioridade natural dos negros” (p. 132). Nas décadas de 1970 e 1980, através de análises de materiais didáticos, enfatizou-se “[...] o papel da escola como reprodutora das discriminações existentes na sociedade contra determinadas categorias étnico-raciais” (PINTO, citado por ROSEMBERG, 2003, p. 133). Rosemberg (2003, p. 134) assim, resume as representações do negro e do branco no livro didático num quadro onde cita que o branco é sempre o representante da espécie enquanto que o negro é menos freqüentemente representado em ilustrações e é representado por etnias, nunca por nome próprio, como os brancos. Além disso, negros desempenham atividades de menor prestígio e de menor poder social e são apresentados com traços grotescos e estereotipados.

Sabe-se que o negro foi estereotipado como selvagem, como demônio, como mau, como primitivo e estereótipos similares (SILVA, 1995). Segundo Silva (1995, p. 44-45), estes nomes eram usados para justificar os maus tratos que os senhores brancos infligiam aos negros durante a escravidão. A mulher mulata, por sua vez, foi e ainda continua sendo vista como um ser exótico, lascivo e sedutor. Depreende-se aqui que todos estes estereótipos em relação às pessoas negras causam graves

conseqüências a elas, começando pela discriminação no mercado de trabalho, pois o negro é visto, muitas vezes, como desonesto, como mau, como sujo, como feio e como incapaz.

Esse tipo de estereótipo causa danos na infância das crianças negras que ao perceberem-se fora do padrão de identificação de uma criança com um ser estereotipado, se auto-rejeita e se exclua da sociedade, percebendo-se desde cedo diferente dos demais, perdendo, além de tudo, sua capacidade crítica.

A história aponta em análises de livros didáticos, Silva (1995, p. 51) destaca a associação de crianças negras a animais, como, por exemplo, macacos, porcos e cães, passando a visão de um ser sujo, inapto e que polui – tal visão é passada por meio de ilustrações onde a criança e o animal aparecem fazendo a mesma coisa ou a criança realizando uma ação comum de um animal, como, por exemplo, se sacudindo como um cão. Outro modo usado para estereotipar é a falta de famílias e de nomes de família para os negros, sendo tratados somente por apelidos, muitas vezes apelidos forjados de acordo com a cor da pele ou, ainda, são associados a seres sobrenaturais como o saci, que é sempre negro, ou o diabo. Com as crianças brancas tudo completamente ao inverso. Melhores nomes, melhores escolas, apelidos melhores. Situações que a escola traz à tona, não resolve, dissemina, camufla apenas na filosofia. Da escola essas marcas chegam às universidades que atualmente buscam resolver com o sistema de cotas para resolver essas disparidades sócio econômicas. Mas que por vezes apenas ajudam a ratificar o desrespeito e as dificuldades que o afrodescendente encontra de convivência em grupo na sociedade atual.

1.4. O SURGIMENTO DAS COTAS , DIMINUIÇÃO OU SEDIMENTAÇÃO DAS DESIGUALDADES?

Cotas são uma modalidade de ação afirmativa que visa diminuir as distâncias, no caso das universidades, na educação superior. Mesmo sendo a maioria no Brasil, a população negra é muito pequena na academia. Porque o racismo institucional impede a mobilidade social e o acesso da população negra a esses espaços.

Acredita-se a grosso modo que pessoas brancas são privilegiadas e beneficiadas pelo racismo. O Estado alimenta o racismo quando oportuniza o acesso das pessoas que nascem numa situação privilegiada e que sempre tiveram condições privilegiadas, a frequentar universidades públicas enquanto os negros que trazem consigo a marca da marginalização social, são poucos que com muito esforço conseguem a mesma proeza. Assim, os defensores do sistema de cotas afirmam que ela não diz respeito a capacidade, capacidade sabemos que temos; cota diz respeito a *oportunidades*. São elas que não são as mesmas.

Se o Estado brasileiro racista priva a população negra dessas oportunidades é dever desse mesmo Estado construir mecanismos para mudar isso. O movimento negro sempre reivindicou cotas juntamente com a melhoria do ensino de base. Só que, segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), demoraria por volta de 50 anos para que a educação de base fosse de qualidade. Quantas mais gerações condenaríamos sem as cotas? Cidadania e o direito de ter uma idéia e poder expressa-la. E poder votar em quem quiser sem constrangimento. E processar um medico que cometa um erro. E devolver um produto estragado e receber o dinheiro de volta. E o direito de ser negro sem ser discriminado, de praticar uma religião sem ser perseguido. Desde então, os direitos foram se alargando, se aprimorando, e a escravidão foi abolida. O argumento de que o país sem escravos seria um de satre para a economia perdurou como afronta ao direito de cidadania por muitos anos no país.

Os defensores das cotas afirmam que .Cotas e investimento no ensino de base não são tópicos excludentes, ao contrário, devem acontecer concomitantemente. Cotas não são pensão da previdência, são medidas emergenciais temporárias que devem existir até as distâncias diminuírem.

No Brasil, a Lei nº 12.288/10, de autoria do Senador Paulo Paim, instituiu o Estatuto da Igualdade Racial. Segundo o artigo 1º, o Estatuto da Igualdade Racial tem por objetivo “combater a discriminação racial e as desigualdades raciais que atingem os afro-brasileiros, incluindo a dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado”. Discriminação racial é definida pelo texto legal como “toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir

o reconhecimento, gozo, ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais” (art. 1º, § 1º). Já desigualdades raciais, por sua vez, como sendo “situações injustificadas de diferenciação de acesso e gozo de bens, serviços e oportunidades, na esfera pública e privada”.

Segundo o autor do projeto:

Não queremos a cultura afro-brasileira vista, sentida e experimentada somente nas práticas religiosas, música ou alimentação. Queremos a cultura do negro inserida nas escolas, no mercado de trabalho, nas universidades, pois o negro faz parte do povo brasileiro. Cultivar as raízes da nossa formação histórica evidentes na diversificação da composição étnica do povo é o caminho mais seguro para garantirmos a afirmação de nossa identidade nacional e preservarmos os valores culturais que conferem autenticidade e singularidade ao nosso país. É imprescindível que haja união entre as pessoas, povos, nacionalidades e culturas. Todos os esforços para combater as barreiras discriminatórias são subsídios concretos para a formação de um novo ser humano, capaz de elevar-se à altura de seu destino e evitar destruir a si mesmo.

Sendo assim, com base no Estatuto da Igualdade Racial é possível exigir do Estado medidas concretas para atender um interesse individual ou coletivo, bem como pode um ente político exigir do outro a sua contribuição nos projetos e ações destinadas a combater a “discriminação racial” e as “desigualdades raciais” que atingem os afro-brasileiros.

Desse modo, o argumento de alguns de que o Estatuto da Igualdade Racial é um texto de compromisso ou simplesmente sugestivo sem qualquer característica de coercitividade não procede, já que ele trata do dever do Estado, regulamentando a Constituição Federal e definindo qual a postura do Estado com relação à proteção e promoção dos interesses dos afro-brasileiros.

Se a proteção dos direitos fundamentais, a teor do § 2º do artigo 5º da Constituição Federal, tem aplicação imediata, podendo-se exigir do Estado, por meio do Poder Judiciário, o exercício de qualquer direito fundamental, independentemente de lei ou ato normativo infraconstitucional, o Estatuto da Igualdade Racial serve para delimitar e direcionar esse dever fazendo surgir ao Estado um dever comissivo específico, conseqüentemente, inaugurando sua responsabilidade em razão de uma omissão, bem como norteando a atuação do Poder Judiciário e dos titulares da proteção dos direitos difusos e coletivos.

O conceito de equidade aristotélica (sim, de Aristóteles, o filósofo grego): as ações afirmativas também se baseiam nele, que basicamente significa tratar desigualmente os desiguais para se promover a efetiva igualdade. Ou seja, se duas pessoas vivem em situações desiguais, não se pode aplicar o conceito de igualdade abstrata porque concretamente é a desigualdade que se verifica. Aquela pessoa que está em situação de desigualdade precisa de mecanismos que visem o acesso dela à cidadania. Nesse sentido há a argumentação filosófica para a existência das cotas, principalmente pelo país possuir uma dívida histórica para com a população negra.

É fato incontestável de que somos, em virtude de nossa formação histórico-social uma nação multirracial e pluriétnica, de notável diversidade cultural, assim a luta, pois pelo reconhecimento e pela incorporação do estudo da História da África e dos africanos e a luta dos afro-brasileiros no Brasil, pressupõe a crença numa prática educativa capaz de oferecer importante parcela de contribuição à vivência de uma sociedade, cujo padrão de relacionamentos humanos estejam calcados no respeito, no reconhecimento e na não discriminação ao outro.

Assim, apesar da escola brasileira ainda não ter aprendido a conviver com essa realidade e, por conseguinte no que se refere ao conhecimento escolar, percebe-se ainda um caráter de “branqueamento” em nosso currículo, programas escolares e materiais pedagógicos. De acordo com Cavalleiro (2000), quase sem exceção os negros aparecem nesses materiais apenas para ilustrar o período escravista do Brasil-Colônia ou, então, para ilustrar situações de subserviência ou de desprestígio social.

Ainda de acordo com Cavalleiro (2000), Hoje no Brasil apenas 25% de pessoas são contrárias as cotas raciais. Número bem maior do que o de brasileiros que concluirão uma faculdade. 10 motivos para ser contra as cotas raciais. E essas posições são por conta dos aspectos de compensação, marginalização e desmérito da capacidade dos negros que ela traz embutida. Acabam não sendo justas pois existem brancos e negros pobres, por que então somente os negros teriam “mais direitos?”

Continua Cavalleiro (2000) afirmando que dar privilégio para que alguém possa estar em determinado lugar com base na cor de sua pele se consiste no pior

tipo de racismo que existe. Que diferença faz se o dentista é branco ou negro? O que interessa não é a cor do dentista, mas a sua qualidade.

Ao impor uma cota racial, o Estado está sobrepujando a meritocracia com uma imposição ignorante de que determinadas vagas devem ser destinadas a negros a despeito do mérito de outros. Um país justo não é um país que tem igualdade absoluta entre brancos, pardos, amarelos e negros; mas um país onde qualquer um, não importando a cor ou a origem, possa perseguir seus sonhos através do fruto de seu trabalho. Numa sociedade justa, negros, brancos e amarelos têm as mesmas chances de vencer na vida e a cor da pele dos outros nunca é um obstáculo para o seu crescimento. (Cavalleiro) ,2000)

Entende-se aqui que a miscigenação no Brasil onde a maioria da população tem ancestralidade africana ,muito mais da metade das pessoas tem ascendência africana, como então definir quem é e quem não é afrodescendente se até os mais brancos têm ascendência negra? Será que para o governo alguns são mais negros do que outros?

Por outro lado, as cotas raciais produzem um efeito horrível na sociedade, pois elas aumentam a identificação racial num tempo onde sabemos que não existe raça branca ou negra – apenas a humana. Assim, se a ciência já jogou por terra a questão racial, por que promover políticas públicas com base nelas? Se só existe a raça humana, por que o governo promove a identificação racial de seus cidadãos?

Entendemos que todos somos humanos. Não há espaço para vitimismo pois os negros têm o mesmo potencial de todos os outros. E principalmente as cotas raciais alimentam o preconceito ao invés de mitigá-lo., além de se tornarem ineficientes no decorrer dos anos no que se refere a empregabilidade dos seus contemplados. Podem também ter o efeito reverso na economia do país como a maioria das políticas neoliberais e são injustas e elitistas, pois por vezes privilegiam estudantes negros ricos. Ou seja, as cotas agridem a sociedade com uma injustiça que viria a sanar outra injustiça.

Cotas é um problema social e econômico e não racial. De acordo com O coordenador nacional do Movimento Negro Socialista, José Carlos Miranda, o principal problema não é racial, mas o abismo que existe entre as classes sociais no Brasil.

Para lutarmos contra o preconceito, contra a discriminação, contra o racismo, nós temos que lutar por mais igualdade, não por diferenciar as pessoas, não por afirmar a diferença das pessoas, mas sim afirmar a igualdade. Então quanto mais direitos, oportunidades nós damos a todos, mais democrático vai ser esse acesso. Essa é uma política que está baseada no princípio que as pessoas são diferentes, no princípio que existem raças humanas ou etnias diferentes. Nós combatemos firmemente qualquer forma de discriminação positiva ou negativa, porque nós sabemos, que ao fim e ao cabo, qualquer discriminação, em qualquer outro momento, ela pode se transformar de positiva em negativa. (MIRANDA,2012)

De acordo com Yvonne Maggie (2007) a definição das pessoas como brancas ou negras é feita por perspectivas sociológicas e culturais. Mesmo admitindo que existem diferentes cores de pele, de olhos e tipos de cabelo, os brasileiros não dariam importância aos marcadores sociais.

O que nós temos são dados que mostram que o que distancia as pessoas com cores diferentes é a sua posição social e não a sua posição como pertencente a um determinado grupo. No Brasil, nós temos uma cultura que valoriza a nossa condição de sociedade não-racista (Maggie,2007,p12)

Ainda segundo a antropóloga Yvonne Maggie, o país precisa pensar uma educação superior de massa, e não reservista. "Nós estamos colocando errado a questão. A questão é fazer com que muitas pessoas se formem no ensino médio, 30% apenas das pessoas terminam o ensino médio na faixa etária correta. Esse é o grande gargalo e a grande vergonha da nossa sociedade. Nós colocamos 70% dos nossos jovens na rua e sem o diploma do ensino médio." (MAGGIE,2007,p.12)

CAP 2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: DIREITOS HUMANOS, SOCIAIS E OUTROS DESAFIOS.

*...Eu é outro. Mas cada um dos outros é um eu também, sujeito como eu. Somente meu ponto de vista, segundo o qual todos estão lá e eu estamos só aqui, pode realmente separá-los e distingui-los de mim.
(Tzevtan Todorov)*

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) afirma grandes princípios que sustentam a base dos direitos humanos: liberdade, igualdade, fraternidade e diversidade. Cito os dois artigos que apresentam esses fundamentos:

Art.1 – Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Art.2 §1 – Todo homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição.

Os direitos humanos são universais e se aplicam a todos os homens e todas as mulheres, como também são interdependentes e indivisíveis. Do direito à alimentação sadia e à saúde, para uma criança, depende o seu direito à vida. Do direito à educação, para crianças e adolescentes, depende o direito a um futuro digno. No caso específico às pessoas com deficiência, a falta de garantia à acessibilidade e à reabilitação pode inviabilizar o acesso ao trabalho, à educação, ao lazer.

A sociedade, em geral, somente compreende e reconhece os direitos humanos que estão atrelados aos direitos civis e políticos, legitimados por igualdade perante a lei, liberdade de opinião e expressão, direito de ir e vir, direito à participação na vida política. Mas, faz-se necessário compreender que os direitos humanos abrangem outras dimensões: econômicas, sociais, culturais e ambientais, que impõem muitas demandas e desafios para vários setores da sociedade.

Em tese, as pessoas negras usufruem dos mesmos direitos que os demais

cidadãos. Mas a discriminação por elas enfrentada é resultado de longo processo de exclusão social que possui aportes históricos que explicam o processo de preconceito e negligência de direitos, fazendo com que várias estratégias político-governamentais sejam necessárias para minimizar a vulnerabilidade deste grupo de pessoas.

Nesse percurso, o processo de construção dos direitos humanos das pessoas negras assim como de outros grupos em situação de vulnerabilidade e em situação de discriminação, não começa com a legalidade dos direitos em textos e orientações técnicas, mas com a legitimidade de ações de pessoas e grupos envolvidos com a reivindicação dos direitos humanos; e, impulsionam as mudanças, as implementações da legislação. Essa é a essência da Cidadania

Na sociedade Pós-Moderna/Contemporânea, Cidadania fundamenta-se na idéia de que cada pessoa é um sujeito de direitos. E, no caso das pessoas em situação de risco social basear-se nessa idéia de cidadania significa que o indivíduo não deve mais ser visto como alguém diferente das demais pessoas. A cidadania se traduz em possibilitar a garantia dos direitos ouvindo suas necessidades e promovendo o exercício dos direitos. A cidadania não é dada, mas construída a partir da vivência cotidiana, participação e intervenção social.

Quando nos reportamos ao grupo de pessoas afrodescendentes ou negras estamos falando de 10% da população mundial, segundo dados daNo Brasil, o censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou 51% segundo o censo de 2010

A adoção de medidas que viabilizem a melhoria da qualidade de vida dos negros tem laço estreito com o tipo de modelo que legitima as ações de convivência e, por ventura, garantia de direitos. O modelo social considera que barreiras étnicas, físicas, sócio-econômicas e atitudinais criam obstáculos à participação e ao exercício da cidadania dos negros. E ao mesmo tempo o modelo social propõe uma ressignificação nas relações sociais e nas políticas voltadas às minorias, preconizando uma sociedade mais inclusiva. Eis as contradições da contemporaneidade capitalista

Partindo da premissa do modelo social como uma forma de revisão dos

modelos de interação, podemos elencar que o processo de democratização elevou um patamar a respeito da relação binária exclusão/inclusão. O indivíduo não nasce excluído, a exclusão ocorre ao longo de suas relações sociais, fundamentadas nas representações desses indivíduos. Portanto, a legitimidade da ação política somente se consolida ao promover o BEM PÚBLICO, e eliminando quaisquer condições que afastem o indivíduo de ter acesso aos seus direitos. O foco das políticas públicas seria o de eliminar as exclusões.

Em atenção ao processo de garantia da inclusão, a legislação é revisitada com frequência. Diante dessas considerações e resgatando o conceito de política como um conjunto coerente de princípios e propostas, constatamos a ausência de uma política nacional de Educação Inclusiva, cujos elementos que poderiam compô-la encontram-se diluídos e fragmentados em diversas políticas, o que contribui para a inexistência de precisão, coerência, clareza e continuidade em suas propostas.

Dotados dessa perspectiva, podemos afirmar que embora dotados de forte tradicionalismo na elaboração da legislação, os planos nacionais relativos à educação geral evidenciam uma gradativa evolução ao contemplar os direitos à educação dos indivíduos afrodescendentes. Um olhar mais efetivo das políticas públicas, aponta que é no contexto da educação geral que devem estar presentes os princípios e as propostas que definem a política de educação inclusiva, tendo em vista os problemas do fracasso escolar, aponta para a reformulação do ensino atual.

Diante das relações e dos processos apresentados para a inclusão efetiva das pessoas excluídas do contexto no caso dos afrodescendentes a legislação é o caminho mais democrático possível. Nesse sentido, pontuo dois documentos, além da lei 10.639 que considero importantes para o entendimento do cenário atual do processo de educação inclusiva.

O primeiro, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, propõe que através da concepção de direitos humanos, tratando a igualdade e as diferenças como elementos indissociáveis na formação do ser humano, a educação inclusiva encontra uma razão de ser. Ela vem de encontro com as práticas de exclusão que ocorrem dentro e fora da escola, e procura a equidade no ambiente educacional. Com isso a educação inclusiva se torna o principal meio de combater a discriminação, já que traz a escola

como ambiente em que ocorrem os conflitos por conta das diferenças e também o lugar onde essas diferenças devem ser superadas.

O documento aponta marcos históricos e normativos enveredando historicamente numa escola que tem um caráter de exclusão legitimada, ou seja, apenas um grupo privilegiado consegue ter acesso à escola e permanecer na mesma até a sua conclusão. Partindo deste pressuposto a escola é um lugar de inclusão/exclusão, que opera na regulação e produção de desigualdades. Para àqueles que foram excluídos da escola comum criaram-se escolas de educação especial e posteriormente as cotas sociais, raciais, tudo que explicita o ser diferente.

A legislação também complementa que esta escola inclusiva deve ser garantida nas instituições públicas de ensino, garantindo o acesso de todos, e para isso está trabalhando nas condições de acesso e permanência do aluno, e também na formação continuada dos profissionais da área.

O movimento histórico que se observa a partir das narrativas do documento, é para a construção de uma educação inclusiva, que atenda à todos, com igualdade de acesso e permanência, na rede pública de ensino em todos os níveis educacionais, garantindo ao sujeito um atendimento que supra as suas necessidades sem excluí-lo ou discriminá-lo, mas promovendo o seu desenvolvimento identitário e das liberdades fundamentais.

Devido o desenvolvimento dos estudos dos direitos humanos e da educação, os conceitos, leis e práticas educacionais vêm se modificando e mostrando a necessidade de uma nova estrutura das escola. Para isso é necessário um ambiente dinâmico, onde as atuações pedagógicas precisam estar voltadas para mudar e alterar a situação de exclusão e colocar em evidencia a importância de ambientes heterogêneos para a aprendizagem dos alunos.

Desde o nascimento até a idade adulta, toda e qualquer pessoa que necessita, tem direito à Educação Inclusiva. Desta forma, os sistemas de ensino devem ser participantes da constituição dos diferentes campos relativos à aprendizagem, de modo a valorizar as diferenças e auxiliar aos alunos da melhor maneira possível em relação às necessidades educacionais.

O segundo documento, a Lei Brasileira de Inclusão, de 2015, sintetiza e normatiza um período de doze anos de lutas e movimentos de políticas públicas em prol da inclusão nas mais diferentes instâncias sociais

A sociedade inclusiva é uma sociedade para todos. Sociedade inclusiva é aquela que se adapta e se transforma para que as necessidades e diferenças de cada um sejam respeitadas e consideradas, permitindo a igualdade de oportunidades. Uma sociedade inclusiva é aquela que é capaz de contemplar toda a diversidade humana e encontrar meios para que qualquer um, privilegiado ou vulnerável, possa ter acesso ao que é de direito, ter acesso a diferentes papéis sociais e contribuir para a coletividade.

Dessa forma, uma sociedade inclusiva se alicerça em conceitos como autonomia, vida independente, e empoderamento às pessoas excluídas ou em minorias sociais. Demandar ações que internalizem esses conceitos em estratégias de inclusão, é antes de mais nada promover.

A escola, espaço privilegiado de construção de conhecimentos e de desenvolvimento de valores tem, como uma de suas propostas, contribuir para a transformação da sociedade tornando-a mais igualitária e democrática. Um espaço que deve refletir sobre formas de inclusão social, de modo que os sujeitos desenvolvam condições de participar e usufruir das oportunidades ofertadas para a sociedade, como um todo. Nesse contexto, a escola deve viabilizar a construção de culturas, políticas e práticas inclusivas, atendendo aos preceitos da diversidade cultural, diversidade de alunos, diversidade de trajetórias de vida presentes no espaço escolar.

Por culturas, refiro-me ao desenvolvimento de valores que primem pela preocupação com a desconstrução cotidiana de relações de desigualdade e de desvalorização do outro. Por políticas, quero dizer a tradução destes valores em afirmações de intenções e estratégias de formulação e implementação das mesmas, num dado contexto. No contexto escolar, por exemplo, elas se refletirão no projeto político-pedagógico, nas regras disciplinares explícitas e implícitas, na concepção de avaliação e nas formas de organização da mesma, e assim por diante. Quanto às práticas, aponto o fazer do cotidiano da escola, estilos de aula, tipos de avaliação, organização das salas, grupamento das turmas e assim sucessivamente. Cabe

notar, ainda, que estas três dimensões ocorrem e concorrem simultaneamente em qualquer contexto escolar e podem ser, muitas vezes, contraditórias entre si.

Nesse sentido, o respeito às diferenças, que semeia culturas e gera políticas e práticas de inclusão, ainda que por vezes contraditórias, é condição *sine qua non* para o desenvolvimento de estratégias de operacionalização de alternativas inclusivas. Portanto, as diferenças – características próprias de cada indivíduo e dos grupos aos quais ele pertence – precisam ser vistas como fonte de recursos para transformações, ao invés de obstáculos ao desenvolvimento. Ao questionar o elo das relações humanas, falo da participação de cada sujeito, suas vivências e a estruturação das relações sociais. Sob essa perspectiva, faz-se necessário observar todas as nuances do entorno social do sujeito (aluno) e planejar a escola para atender às diferentes modalidades de vida e aprendizagem, colaborando para a formação de um indivíduo cidadão, sem, entretanto, pensar que a escola se constitui no único lócus de prevenção das injustiças.

Traduzida em responsabilidade de todos os agentes no fazer escolar, a ação educativa deve privilegiar o trabalho coletivo, num processo de reflexão e discussão dos problemas da escola. Esta postura implica, por exemplo, em discutir as relações de poder institucionalizadas no ambiente escolar, considerando a revisão dos processos de tomada de decisões. A reflexão sobre uma relação menos hierarquizada entre saberes, professores e alunos, gestores e professores, também necessita ser considerada; de forma que se possa garantir a participação máxima de todos os atores.

Outra implicação consiste em trabalhar com as trajetórias familiares – sua estrutura e seu vínculo –, os históricos escolares - temporalidade e linha pedagógica –, o crescimento/desenvolvimento biológico, as escolhas profissionais, a compreensão das culturas das instituições em que os sujeitos circulam... a partir do alcance pessoal e profissional que se alie com o fazer cotidiano.

Não se trata de simplesmente elaborar um relatório dos professores, mas propor um “confronto” de informações objetivando evidenciar experiências diferenciadas e relevantes ao próprio grupo. Na luta pela geração de uma cultura de inclusão, a Pedagogia deixaria de ser vista por uma ótica puramente técnica, e

passaria a ser encarada em seu sentido transformador: como co-construtora de modos de fazer, de saber e de conhecer.

Acredito que, tendo como ponto de partida as trocas de experiências, será singular a trajetória da comunidade, numa proposta de mudança do cenário escolar. As reais funções de cada membro da comunidade educativa, Diretor, Professor, Coordenador Pedagógico, Alunos (dimensão da prática inclusiva), o que entendem por Educação de qualidade, o que acreditam ser essencial para a Educação de qualidade (dimensão da cultura inclusiva), como visualizam o trabalho realizado cotidianamente e o que intencionam com o mesmo (dimensão da política inclusiva). Apontamentos que serão uma oportunidade para aprofundar o projeto de escola, própria de cada comunidade educativa. Uma das faces de se entender a dinâmica da reestruturação escolar fundamentada nos princípios da educação inclusiva.

Inserida nesta premissa, a escola organiza-se para validar estratégias que contemplem a formação global do aluno, tendo como base de seu trabalho o processo ensino-aprendizagem humano e a garantia da aprendizagem de habilidades e conhecimentos necessários para a vida em sociedade, oferecendo instrumentos de compreensão da realidade. O favorecimento da participação dos alunos em relações sociais diversificadas e cada vez mais amplas (exercitando diferentes papéis em grupos variados) facilita a inclusão dos mesmos num contexto maior – a própria sociedade.

Para tanto, a escola precisa considerar a natureza das manifestações da nossa sociedade. Precisa, ainda, compreender a questão da diversidade no processo de Educação Inclusiva. A priori, é preciso salientar que mesmo num grupo de indivíduos cujas “diferenças” os coloquem em risco de exclusão, o processo de reflexão de suas condições de participação e aprendizagem, bem como alteração do cenário apresentado tem características bem específicas.

Este momento é bastante marcado pelo surgimento de iniciativas legais, governamentais e oficiais, enfim, relativas à garantia cada vez maior de direitos e serviços que assegurem e proporcionem às pessoas negras. Uma participação cada vez maior nas decisões sobre sua própria vida e na vida comunitária. Em termos temporais, estou falando de um momento cujo início poderia ser demarcado pela Declaração Universal de Direitos Humanos, em 1948.

Das pessoas com necessidades especiais aos indivíduos que experimentam barreiras à aprendizagem. Justapondo-se ao período descrito acima, um pouco decorrente da adoção mais recente do termo inclusão no contexto das propostas de Educação para Todos; e ainda fortemente em desenvolvimento, é possível identificar, em anos bem mais recentes, uma perspectiva crítica ao processo de inclusão associado apenas a pessoas com deficiências, na tentativa de resgatar o princípio humanista de igualdade de valores entre seres humanos dentro de uma visão ainda mais democrática. Esta argumentação implica que o movimento da Educação Inclusiva é de alcance mais amplo. Nesse sentido, ao se falar em *“inclusão de indivíduos que experimentam barreiras à aprendizagem”* (BOOTH & AINSCOW, 1998), acredita-se estar indo diretamente no que concerne à Educação e aos sistemas escolares: aos aspectos pedagógicos, curriculares, profissionais, envolvidos no processo de Educação Inclusiva.

Por seu histórico, fica claro que a proposta inclusiva está totalmente alinhada com a perspectiva humanista presente ao movimento Pós-Moderno. Inserida num momento histórico Pós-Moderno, se este for entendido em seu sentido também humanista, as consequências são altamente positivas. Mas, se inserida num contexto de Pós-Modernidade apropriada por um modelo economicista, ela se transforma numa proposta utópica. No campo educacional, constatou-se que a escola seguia a sua pedagogia, preponderantemente elitista, e a premissa básica era a de que cabia aos alunos adaptarem-se a sua cultura seletiva. As diferenças não possuíam valor e eram, no mínimo, inconvenientes.

A década de 1990 vivenciou uma significativa modificação na conceituação, conforme já mencionado, culminando na discussão sobre inclusão. E, este termo tem sido bastante polêmico. Ora tratam-no como se fosse continuidade do processo de integração vivido pelos afrodescendentes. É neste segundo sentido que o trata nesta pesquisa. Inclusão não é a proposta de um estado ao qual se quer chegar. Também não se resume na simples inserção de pessoas com deficiência no espaço social, educacional do qual têm sido geralmente privados. Inclusão é um processo que reitera princípios democráticos de participação social plena. Pois quanto mais desenvolvida for a democracia, mais inclusiva e abrangente será a sociedade desde o ponto de vista da igualdade e vigência dos direitos, assim como do acesso à

cidadania e à qualidade de vida. Neste sentido, a inclusão não se resume a uma ou algumas áreas da vida humana, como por exemplo, Saúde, Lazer ou Educação.

Em Educação, a proposta de inclusão sedimentou-se para reafirmar o maior princípio já proposto internacionalmente: o princípio da Educação de qualidade como um direito de todos. Este princípio foi oficialmente formalizado na *Declaração Mundial sobre Educação para todos: necessidades básicas de aprendizagem*, na Conferência de Jomtiem, Tailândia, 1990. Desde então, ele tem sido estudado e monitorado por comissões internacionais, sempre com o intuito de promover estudos que forneçam informações sobre a situação da Educação nos países em geral, especialmente no que diz respeito à garantia de participação e permanência de seus cidadãos nos Sistemas Educacionais.

Um ponto que merece destaque é a forma como o processo de inclusão veio se refletindo de forma equivocada associado ao movimento de equidade de oportunidades às pessoas o tratamento das cotas. Esta confusão aconteceu especialmente a partir de 1994, quando de uma interpretação errônea da Declaração de Salamanca. A Declaração passou a utilizar o termo inclusão aplicando-o também à luta contra a discriminação e exclusão das pessoas com deficiência no espaço escolar. Igualdade de oportunidades nos serviços e setores da sociedade é diferente de igualdade no processo educacional.

A Declaração de Salamanca (1994) é um documento que defende que o princípio norteador da escola deve ser o de propiciar educação a todas as crianças, adaptando-se às necessidades de cada uma. O direito de toda criança à Educação de qualidade é o princípio fundamental desta “linha de ação”, explicitando que todas as escolas devem atender às necessidades de todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, lingüísticas e outras. Prevê ainda uma nova concepção às pessoas com deficiência, ao modificar a nomenclatura para pessoas com necessidades educacionais especiais, ampliando o olhar para todas as crianças em trajetória escolar. Apresenta diretrizes de ação de um plano nacional (política e organização, fatores escolares, contratação e formação de pessoal docente, serviços externos de apoio, área prioritárias, participação da comunidade e recursos necessários) e termina com diretrizes de ação para planos regionais e internacionais.

Quanto à escola em sua ação global, o atendimento à diversidade implica uma mudança na perspectiva educacional, pois não se limita aos alunos com deficiência, mas a todos os alunos. Na perspectiva da Educação Inclusiva, a escola atende as diferenças, sem discriminar, sem estabelecer normas rígidas para planejar, aprender, avaliar.

Portanto, uma implicação da proposta de Educação Inclusiva está em reconhecer que respeito está diretamente relacionado às atitudes: atitudes no cotidiano escolar, onde gestos e olhares podem resumir os pensamentos, idéias, valores, crenças... E, assim, reside na consideração de que as atitudes, por sua vez, relacionam-se estreitamente ao modo como interpretamos e definimos as diferenças, e qual a representação que fazemos delas.

2.1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DA ESCOLA

A ênfase passa a ser, então, nas respostas educativas que as escolas devem dar no sentido de garantir a participação social, o exercício pleno dos direitos de cidadania e a aprendizagem. As respostas das escolas não devem ter um caráter de 'maquiagem' às dificuldades apresentadas, mas sim providenciar a remoção dos obstáculos à aprendizagem destes e, conseqüentemente ênfase em estratégias com este fim.

Não se pode apontar um receituário de procedimentos inclusivos. É mais fácil dizer o que a inclusão em Educação não é, como não acontece no cotidiano, porque, sendo um processo, ela não pode ser definida a priori. Cada contexto, em sua especificidade é que vai determinar quem, quando ser incluído, e como. Ainda que a inclusão seja (também) respeito às diferenças, como foi visto, o conceito de diferenças e as formas de respeitá-las poderão variar entre as escolas, entre famílias, bairros, comunidades, cidades, estados, países...

As diversas interpretações da proposta de inclusão no campo da Educação originaram as mais variadas ações a respeito do seu planejamento e concretização. No entendimento da proposta de inclusão, alguns autores como Mantoan (2003), vêm defender o que se denominou de inclusão total

Para tanto, a escola deve estar apoiada em suportes específicos para atender às necessidades de aprendizagem de seus alunos

A Educação Inclusiva tem certamente protagonizado uma das áreas conceitualmente mais interessantes e dinâmicas do debate educativo Pós-Moderno. Isso porque tal proposta contesta as bases em que a escola tradicional foi desenvolvida. Este enfraquecimento da concepção tradicional do ensino concorre com uma conseqüente falta de confiança no trabalho que as escolas vêm realizando. Alia-se a essa questão, aspectos como a falta de resultados relevantes quanto à continuidade e qualidade do processo educacional, como também, estudos que não apresentam um acompanhamento de um sucesso acadêmico dos alunos com deficiência apesar da ampliação do acesso deste público às escolas da rede pública.

A fragilidade da Educação Inclusiva, no Brasil, situa-se - primeiro - na contradição entre discurso e realidade: classes superlotadas, instalações físicas precárias, quadros docentes cuja formação não contempla a diversidade. Coexistem a incapacidade da escola para ensinar todos os seus alunos e a presença de alunos com deficiência estranhos para ela. Tão estranhos que ela parece resistir em reconhecê-los como seus alunos, em desenvolver sua formação, em reconhecer um processo educativo relevante para eles. Por exemplo, prevalece no conjunto da Cultura Escolar a concepção de que o lugar da criança com deficiência é fora da escola regular. Ou, fora da classe regular. Referendado pela questão da organização escolar em seu currículo, metodologias e avaliação, em seus papéis rígidos e lineares de aprendizagem, que continuam a apontar pré-requisitos por parte dos alunos para participar desse processo; não há espaço para o aluno com deficiência, uma vez que a sua posição na escola já está demarcada. Atualmente o lugar daquele que tem capacidade para aprender é inquestionável, mas demarca-se o lugar de que o aluno com deficiência não alcançará os objetivos da Educação regular.

Ao mesmo tempo, na Educação Inclusiva a ênfase colocada no papel da escola está em sua organização. A concepção de escola, a posição que ocupa no sistema, sua inserção nas dimensões culturais dos alunos, suas relações internas e uma visão para com o aluno como se constituindo nessas relações, devem ser consideradas ao organizar o funcionamento da escola e intermediar sua dinâmica

cotidiana. Ouso dizer que a fragilidade da Educação Inclusiva ocorre, parcialmente, por se acreditar que o professor - e sua formação – abarcaria sozinho as questões citadas. Não há um investimento significativo no reordenamento do espaço escolar e de seus agentes.

Apesar de muitos estudos apontarem: classes superlotadas, má formação dos professores, falta de acessibilidade (GLAT, 2004), uma forma de ruptura com o cenário citado atrela-se a postura da Gestão, com ações que efetivem mudanças. Dentre as diversas ações que se caracterizam como mudanças estratégicas para a promoção de ambientes inclusivos, o reconhecimento e a viabilização de suportes de mediação é um dos aspectos a serem valorizados.

Entende-se aqui que todo o processo de Educação Inclusiva que compreende a Lei 10.639 e toda a legislação subsequente como a das cotas têm um caminho longo pela frente e para os mais otimistas ele será transplantado. O racismo é uma realidade social no Brasil e em outros países, principalmente naqueles em que houve por vários séculos a escravidão de homens e mulheres de origem africana. Esta origem histórica do racismo contra a população negra, ou contra os “não-brancos”, deve ser enfatizada justamente para esclarecer o significado social do racismo hoje: ele não é apenas uma sequela ou uma espécie de resíduo histórico da escravidão pré-capitalista, mas sim um instrumento para a manutenção atual da escravidão assalariada de todos os trabalhadores, qualquer que seja a cor da sua pele. Do ponto de vista dos interesses de classe da burguesia, o que interessa é o efeito político desse instrumento, e ele é tão precioso para a burguesia que ela fornece muitos recursos com a finalidade de conservá-lo intacto, pouco importando a direção em que ele é incentivado, se “negativo” ou “afirmativo”, o que interessa é dividir para reinar. A defesa das cotas raciais como uma “política afirmativa”, que o próprio autor do citado artigo reconhece que não vai alterar substancialmente a situação social da população negra, contribui substancialmente para a manutenção dos privilégios sociais da burguesia e para a preservação do capitalismo. (PENNA, 2014)

CAP 3 VIVÊNCIAS E CONSTRUÇÕES NO PROCESSO DA PRÁTICA METODOLÓGICA

Não creio que a história obedeça a um sistema, nem que suas pretensas "leis" permitam deduzir as formas sociais futuras, ou presentes. Acredito, porém, que tomar consciência da relatividade, e portanto da arbitrariedade, de um traço de nossa cultura já o desloca um pouco; e que a história (não a ciência, mas seu objeto) não é mais do que uma série de deslocamentos imperceptíveis. (Tzevetan Todorov)

3.1 MINHA HISTÓRIA E VIVÊNCIA

Eu, Daize Ribeiro Guimaraes nasci no dia 08 de outubro de 1965 numa linda sexta-feira, numa fazenda chamada Pedrinhas no município de Itamari. Filha de agricultores semi-analfabetos, fui crescendo em meio a tudo que amo: a natureza, os animais e a família que mesmo sofrendo com desavenças constantes entre meus pais teve em minha mãe símbolo de resistência e sabedoria.

Fui alfabetizada pela irmã mais velha no beiral do casarão a qual morava com mais 3 irmãs em plena efervescência do método freiriano de alfabetização. Foi com pedaços de carvão que iniciei-me no mundo das letras tendo inconscientemente como lema que a leitura do mundo precedia a palavra fui dando significados as letras e dando um sentido diferente ao mundo o qual fazia parte. Ao iniciar meus estudos sistematizados fui motivo de espanto por parte da professora que não entendia como tamanho feito fora adquirido de forma tão eficiente assim, logo fui promovida de série por já ter sido alfabetizada. Na época que estava no final do Fundamental I houve a separação dos meus pais. Minha mãe sempre guerreira e com visão de águia percebendo não ter os estudos posteriores na cidade natal nos leva para a cidade de Valença a qual concluir o Fundamental II e o 2º grau em magisterio 1985-. Em 1986 retorno a Itamari cheia de planos em relação a educação. Daí prá frente trabalhei sem proventos durante 02 anos mas a satisfação era tanta que isso não me fez desistir do meu objetivo que era ser educadora. E assim fui seguindo caminhos quebrando as pedras e vencendo barreiras. Em 1993

ingressei através de concurso na rede Estadual .Em 1997 tornei-me a primeira Pedagoga da cidade pela Academia de Educação Montenegro em 1998 fiz Especialização em Psicopedagogia pela Faculdade de Ciências e Letras Plínio Augusto do Amaral –Amparo –SP . Em 2011 concluir o curso de Licenciatura de História pela PUC-Rio EAD e logo após passei na certificação de História da SEC. Durante o decorrer dos anos fiz vários cursos ligados a temáticas da educação mas a partir da minha formação como historiadora despertou-me um interesse profundo relacionado aos estudos ligados a Lei 10.639/03 que propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana assim fiz os curso de Cultura afro -brasileira e africana e Didática da cultura afro-brasileira na ODEERE –UESB –Jequié e uma especialização de Cultura africana e atualmente esse projeto de pesquisa voltado para essa temática que precisa ser repensada e ressignificada no âmbito social e em especial no educacional .

3.2 TIPO DE PESQUISA

Trata-se de um pesquisa etnográfica, de natureza participante porque sou também professora dentro do grupo escolhido para o estudo e participo diretamente das propostas pedagógicas desenvolvidas pelo grupo. De acordo com Telles (2012) a pesquisa etnográfica é freqüentemente utilizada para tentar compreender vários comportamentos e relações de/entre grupos de pessoas(professores, alunos de uma sala de aula, pais, funcionários e administradores de uma escola, etc.) dentro de um contexto social específico (escola, comunidade, família, etc.). Seu propósito, assim é descrever e interpretar a cultura e o comportamento cultural dessas pessoas e grupos. O pesquisador aqui (no caso também professora) deve estar ou se tornar familiarizado com o contexto no qual realizará seu estudo, negociar com os participantes o tempo que será exigido e determinar o grau de envolvimento que terá com eles.

3.3 CENÁRIO DA PESQUISA

Itamari é um município da região sul da Bahia com pouco mais de 7.000 habitantes segundo Censo de 2010. Sua atividade é predominantemente rural e o Colégio Estadual João Galvão Sobrinho atende a demanda de alunos da zona urbana e rural funcionando nos turnos matutino, vespertino e noturno.

3.4 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa são as pessoas adequadas a fornecer informações imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa, no caso os professores de ensino fundamental e ensino médio da escola ... num total de ... professores apenas 15 .a equipe docente é formada por ()profissionais de ambos os gêneros. Um grupo dinâmico com opinião formada sobre educar e educação, com consciência crítica das dificuldades e avanços que norteiam a comunidade escolar na qual estão inseridos.Quanto ao posicionamento dos professores, via de regra, coadunam com os valores e princípios da instituição – aqueles que fazem parte do nosso grupo de trabalho, os que estão mais próximos no cotidiano.No que se refere à formação inicial dos professores, a maioria possui curso superior e pós-graduação concluída ou em formação.(PPP,2014)

3.5 TÉCNICAS, INSTRUMENTOS E COLETAS DE DADOS

O método utilizado para a análise da pesquisa do questionário foi a análise de cunho interpretativista. Aqui o pesquisador produz significados a partir das transcrições das gravações em áudio, dos diários e questionários,onde primeiramente, o professor, realiza uma leitura geral dos dados. Depois, segmenta o texto por temas, segundo os tópicos abordados pelo entrevistado, fazendo as conexões necessárias entre a leitura e as impressões deixadas pelo entrevistado e buscando conexões com o tema.

Foram distribuídos questionários semi-estruturados com questões, de natureza objetiva e de natureza subjetiva e foi dado aos professores um período para respondê-los. Serão feitas também análises dos questionários, bem como através da observação serão analisados os perfis dos professores em questão. Outros instrumentos serão a avaliação do planejamento bem como averiguar se as

suas propostas de atividades contemplam esse pré requisito e a análise dos planos de aula e observação da conduta das professores.

De acordo com Telles (2012), do ponto de vista do conhecimento construído na universidade e daquele construído por professores em suas práticas diárias na sala de aula, podemos pensar em diferenças qualitativas e pragmáticas. Os professores estão mais voltados para o “saber fazer”, enquanto que os acadêmicos se empenham nas origens, evoluções e construções de paradigmas. Clandinin & Connelly (1995) estabelecem uma distinção interessante para entender a relação entre conhecimento prático e prática e entre teoria e conhecimento teórico. Conhecimento prático é o corpo de convicções e significados, sejam eles conscientes ou inconscientes, que emergem da experiência íntima, social e tradicional e são expressos pela prática do professor (Clandinin & Connelly, 1995, p.7). Tal conhecimento surge das circunstâncias e dispõe de um conteúdo afetivo para seu possuidor. Prática significa o conhecimento pessoal prático em funcionamento. Aqui o professor/pesquisador terá que utilizar sua capacidade de interpretação dos números e das qualidades dos dados. Isto é, deverá construir significadora partir dos elementos informativos que ele coletaram escola, junto aos seus alunos, colegas e pessoal administrativa.

3.5.1.1. Perfil dos entrevistados

Sexo		Faixa Etária			Etnia/Cor				Serie trabalhada		
F	M	25-35	35-50	50+	PARDA	NEGRA	BRANCA	OUTROS	E. M	E. F 1 e 2	NR
9	5	02	09	03	07	02	03	03	04	09	02

TABELA 1

Fonte: Pesquisa de Campo

Nessa tabela acerca do perfil do entrevistado mostra a prevalência das mulheres entre os professores, mas um significativo número de homens também. Percebe-se aqui que a maioria tem entre 35 e 50 anos e a maior parte se diz parda. Do total de 15 03 não declararam a cor e apenas 02 assumiram ser negros. A maior parte ensina no ensino fundamental I e II.

3.5.1. 2. Perfil Acadêmico

Formação mais elevada	Ensino Médio		Superior	Especialização	Mestrado
	--		06	08	01
Área de formação	Humanas		Linguagens	Exatas	Natureza
	05		08	01	01
Tempo de trabalho no setor (anos)	Menos de 5		De 05 a 10	Mais de 10	N/R
	-		03	11	01
Cursos/atualização	Sim	Não	Estudos na área de formação	PACTO/PNAIC	Outros
	12	03	08	02	02

Tabela 02

Fonte: Pesquisa de Campo

Dos 15 professores entrevistados, 01 omitiu a idade, a maioria está entre os 35-50 anos e são do sexo feminino. Quanto a raça , 07 se dizem pardos,03 brancos ,02 negros e 03 não responderam e nem justificaram a lacuna na questão.

Esse ponto nos reporta a dificuldade que a maioria das pessoas, ainda que professores tem de se admitirem enquanto negros.

3.5.1.3- O discurso do professor – Questões de 5 a 18.

5-Como sabemos desde 2003, as escolas são obrigadas a inserir no currículo a história afro-brasileira nas áreas social, econômica e política do país, através da lei 10.639. Conhecedores dessa prerrogativa, você considera conhecedor das disposições da lei em sua íntegra? Justifique.

Entrevistado 1 - Não

Entrevistado 2- Não

Entrevistado 3–não na íntegra, porem parcialmente. Creio que falta leitura e estudo aprofundado da lei.

Entrevistado 4 – Sim, em parte. Tenho conhecimento do que tratar a lei e de sua importância

Entrevistado 5 – Não. Por que vi o suficiente para entendê-la

Entrevistado 6 – Não. Precisa realizar ainda bastante leitura sobre o tema

Entrevistado 7 – Não. Não sou conhecedora dessa lei na íntegra

Entrevistado 8 – Não. Tenho apenas conhecimento superficial

Entrevistado 9 – Não. Tenho conhecimento sobre a lei só sei que existe mas por ser uma área diferente da que trabalho

Entrevistado 10 – Sim. Já trabalhei com esta lei em sala de aula

Entrevistado 11 – Não. Por não conhecer preciso fazer bastante leituras e estudo sobre o assunto

Entrevistado 12 – Conheço a lei, mas não na íntegra, contudo, considero de extrema importância social esta lei

Entrevistado 13 - Sem resposta

Entrevistado 14 – Não. Tenho conhecimento da lei da necessidade da inclusão, da diversidade existente, mas nunca li na íntegra

Entrevistado 15 – Sei da existência da lei, contudo, não conheço a lei na íntegra.

A lei 10.639 chega de forma diferenciada e fragmentada nas mais diversas partes do país. O professor e o gestor sabem da lei, mas não a conhecem na íntegra. Em parte essa implementação fragmentada se dá devido a falta de apoio dos/as gestores/as escolares, tendo como característica uma baixa institucionalização. Ou seja a lei para as escolas se restringia às duas principais datas comemorativas do ano : o 13 de maio e o 20 de novembro, em alguns casos o 22 de agosto que também é uma data dividida com os indígenas. Assim, bastava fazer uma feira no dia 13 de maio, levar um grupo de capoeira para escola no dia 20 de novembro que se acreditava estar implementando a lei.

Com a verificação dessa ineficácia as entidades do movimento negro passaram a exigir a construção de um plano que estimulasse as redes de ensino a garantir condições concretas para efetivação de uma educação antirracista. Como

decorrência, foi criada a Comissão Interministerial responsável por desenvolver o plano de implementação da 10.639. Denise destaca que o objetivo não era sobrepor as diretrizes, mas sim apresentar condições para que “a lei ganhasse raízes no mundo da escola. Eis os principais eixos do documento:

1) Fortalecimento do marco legal – Isso significa, em termos gerais, que é urgente a regulamentação das Leis 10639/03 e 11645/08 (que trata das questões indígenas) no âmbito de estados, municípios e Distrito Federal e a inclusão da temática no Plano Nacional de Educação (PNE).

2) Política de formação para gestores e profissionais de educação – A formação docente é outro ponto estratégico, ela deve contemplar a compreensão da dinâmica sociocultural da sociedade brasileira, visando à construção de representações sociais positivas que encarem as diferentes origens culturais de nossa população como um valor e, ao mesmo tempo, a criação de um ambiente escolar que permita que nossa diversidade se manifeste de forma criativa e transformadora.

3) Política de material didático e paradidático - constitui as principais ações operacionais do Plano, devidamente articulados à revisão da política curricular, para garantir qualidade e continuidade no processo de implementação.

4) Gestão democrática e mecanismos de participação social – reflete a necessidade de fortalecer processos, instâncias e mecanismos de controle e participação social, para a implantação das Leis 10639/03 e 11645/08. O pressuposto é que tal participação é ponto fundamental para o aprimoramento das políticas e concretização como política de Estado.

5) Avaliação e Monitoramento – aponta para a construção de indicadores que permitam o monitoramento da implementação das Leis 10639/03 e 11645/08 pela União, estados, DF e municípios, e que contribuam para a avaliação e o aprimoramento das políticas públicas de enfrentamento da desigualdade racial na educação.

6) Condições institucionais – indica os mecanismos institucionais e rubricas orçamentárias necessárias para que a Lei seja implementada. Reafirma a necessidade da criação de setores específicos para a temática etnicorracial e diversidade nas secretarias estaduais e municipais de educação.

Percebe-se aqui que o momento em que vivemos vem muito da reflexão promovida pelo Plano da 10.639. Afinal, o que significa implementar esta lei? Quais são os elementos que a caracterizam? Temos que ter como horizonte o debate sobre qualidade educacional, combater desigualdades é premissa para a garantia do direito humano à educação de qualidade. Para isso, não podemos esquecer da demanda do financiamento, além do que precisamos pensar e incluir nossas metas no Plano Nacional de Educação.

6-A partir da sanção dessa lei, as instituições de ensino brasileiras passaram a ter de implementar o ensino da cultura africana. Sua escola faz uso desse ensino? Explique.

Entrevistado 1- Sim. Buscando de forma interdisciplinar contemplar os aspectos da cultura material e imaterial afro-brasileira.

Entrevistado 2 - Não

Entrevistado 3 – Não somente o conteúdo sobre a África, presente no livro didático

Entrevistado 4 – Sim. O ensino da cultura africana é feito de diversas maneiras, estudos em grupo dramatizações e outras formas de ações em que o aluno participa efetivamente, porém fragmentados

Entrevistado 5 – Sim. A disciplina é estudada entre os eixos temáticos

Entrevistado 6 – De maneira específica ainda não, no entanto, a disciplina diversidade cultural aborda um pouco o tema

Entrevistado 7 – Sim alguns professores da minha escola fizeram cursos para aperfeiçoar o ensino da cultura africana

Entrevistado 8 – Sim. Através de projetos como gincana, feira de ciências etc.

Entrevistado 9 – Não. Por que não temos formação nem somos motivados para trabalhar com essa realidade

Entrevistado 10 – Sim. Os professores de história são orientados a trabalhar esses conteúdos em suas aulas

Entrevistado 11 – De maneira específica ainda não, mas já se trabalha o tema

Entrevistado 12 – sim. A escola procura conscientizar os educando a respeito da cultura africana no mundo principalmente no Brasil e na importante formação do povo brasileiro

Entrevistado 13 - Não respondeu

Entrevistado 14 - Não. Existe sim, uma professora de história que promove essa ação em suas turmas, a escola até então não promoveu um evento único

Entrevistado 15 – Sim. Através da aplicação de projetos

Há uma divergência aqui nas afirmações dos professores. Enquanto alguns afirmam que sim, há um trabalho com a temática na escola, outros afirmam que não. Aqui talvez com receio de comprometer negativamente a escola os professores não assumiram que o trabalho não é feito como disposto na lei. Essa questão é respondida pela questão anterior que trata da forma diversa que a lei é entendida e referenciada pelo país

7-Quais as dificuldades em implementar o ensino da cultura africana na sua escola?

Entrevistado 1- O currículo descontextualizado

Entrevistado 2 – Depende de um processo administrativo do corpo docente entrar em um acordo com a comunidade escolar

Entrevistado 3 – Creio que existe a necessidade de colocar essa questão em pauta reforçando a importância dessa temática e partir daí desenvolver a estratégia

Entrevistado 4 – Que os professores de todas as disciplinas conheçam a lei e apliquem em suas classes. O desconhecimento integral da lei é o que dificulta.

Entrevistado 5 – Professores capacitados na área

Entrevistado 6 – Penso que deveria capacitar os professores na área e proporcionar materiais didáticos específicos para isso.

Entrevistado 7 – Acredito que a falta de mais profissionais com conhecimento específico

Entrevistado 8 – Dificuldades com falta de profissionais capacitados para a disciplina em questão

Entrevistado 9 – Acredito que pela falta de conhecimento da lei

Entrevistado 10 – Não sei

Entrevistado 11 – Faltam de capacitação para o professor e material didático na escola

Entrevistado 12 – Não vejo dificuldades, principalmente que a influencia afirma está por todo lugar, basta boa vontade

Entrevistado 13 - Não respondeu

Entrevistado 14 – Um planejamento em ações a serem verdadeiramente executada

Entrevistado 15 – Não creio que teríamos grandes dificuldades. Precisamos é de orientadores pedagógicos para direcionar os programas.

Vimos que alguns professores respondem as questões de forma pouco incisiva. A representação social do negro o transforma, na maioria das vezes, em um ser estigmatizado, estranho e não familiar. Em nossa sociedade, a interação entre as pessoas ainda acontece de acordo com valores construídos socialmente historicamente, valores que levam em consideração o grupo étnico, a raça, a classe ou a nação a que cada pessoa pertence (SILVA, 2002, p. 1). E este comportamento certamente leva a que muitas crianças cresçam com preconceito contra-raças, contra cor ou contra classe social e isto pode ser visto como uma “herança familiar”, ou seja, as crianças já o trazem de casa e o preconceito se constitui “no senso comum dos indivíduos” (SILVA, 2002, p. 1). Sendo assim, as crianças carregam estereótipos que vêm “influenciar negativamente a autopercepção das pessoas” (SILVA, 1995, p.43) pertencentes a um grupo que foi estereotipado culturalmente, socialmente e historicamente. Essa situação se reflete também posteriormente na percepção do professor para o tema. A maioria assim afirma que

a falta de conhecimento da lei, ou falta de boa vontade seriam os principais problemas encontrados para o trabalho com o tema.

8-Você enquanto professor/coordenador se sente preparado para executar esse tipo de ensino?

Entrevistado 1- Sim.

Entrevistado 2 - Sim

Entrevistado 3 - Sim

Entrevistado 4 – No momento não. Preciso aprofundar-me no estudo da lei para a partir daí buscar ações no ensino

Entrevistado 5 - Não

Entrevistado 6 – Ainda não. Precisa de formação adequada para isso

Entrevistado 7 – Não, apesar de projetos voltados para a cultura africana, ainda não me sinto preparada para esse tipo de ensino

Entrevistado 8 - Não

Entrevistado 9 – Sim, porém não formação nem conhecimento para esta temática

Entrevistado 10 – Sim. Procuro sempre pesquisar sobre temas de interesse dos jovens

Entrevistado 11 – Não. Ainda não houve um estudo para tal

Entrevistado 12 – Totalmente não. Embora seja forte a influência africana. Como professor necessito de uma melhor capacitação

Entrevistado 13 - Não respondeu

Entrevistado 14 – Sim. Para isso é necessário uma capacitação eu a iniciativa de pesquisa da minha parte

Entrevistado 15 – Em parte. Mas como disse antes uma coordenação pedagógica ajudaria.

Dos 15 professores 08 não se sentem preparados para trabalhar com o ensino da cultura africana , enquanto 07 dizem que sim, sendo que afirmam necessitar de uma coordenação pedagógica para ajudar nessa demanda.

Parece redundância falar na importância e necessidade da presença do coordenador pedagógico na escola. Infelizmente, principalmente nas escolas estaduais eles praticamente não existem. Quando muito apenas 01 para atender o município todo. No caso do município de Itamari e mais especificamente na escola João Galvão Sobrinho esse trabalho não é disponibilizado, o que enfraquece e compromete o ideal de interdisciplinaridade , sem falar no fato de que a gestão perde uma grande fonte de auxílio.

Para que o professor estabeleça ambiente favorável à aprendizagem é preciso que ele receba um aluno que teoricamente vivencie uma situação sócio-familiar favorável e que esteja apto a ingressar no mundo do conhecimento sistemático, sem seqüelas emocionais. Entretanto sabemos que essa não é a realidade concreta e está longe de se tornar realidade. A escola, o professor recebem em seu seio um caldeirão de emoções, informações, problemas, projetos ou não intrínsecos a cada um que nela adentra. Ter que lidar com isso é o grande desafio da contemporaneidade que exige um entendimento da heterogeneidade, quando a tendência ao agrupamento e ao fechamento dessas tribos está latente. Um outro ator, nesse contexto aparece de forma quase anônima e talvez de forma ainda menos percorrida que o professor: é o coordenador pedagógico.

Principalmente com temáticas tão controversas e de difícil implementação, a figura do coordenador faria uma enorme diferença para o desenvolvimento do trabalho.

9-Acredita que os cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento que o governo disponibiliza dão conta de preparar o professor para esse trabalho com o ensino da cultura africana?

Entrevistado 1- Não

Entrevistado 2 – Sim. Só depende deles investir nesse processo de ensino e aprendizagem

Entrevistado 3 – Acredito que sim, o problema reside no acesso a esses cursos

Entrevistado 4 – Se houver algum, desconheço-os

Entrevistado 5 – Não. Pois, seria necessário um tempo maior de estudo

Entrevistado 6 – Ajuda, no entanto, é necessário uma formação que contemple todos os professores ou aqueles que trabalha com a disciplina

Entrevistado 7 – Acredito que já é um bom começo, mas uma parcela pequena de professores fazem esses cursos

Entrevistado 8 – Não. ainda é muito pouco

Entrevistado 9 – Não. Porque o preparo só acontece na pratica e infelizmente alguns cursos são distantes da realidade

Entrevistado 10 – Sim. Porem esses cursos só acontecem uma vez ao ano e muitas vezes o professor tem pouco tempo para freqüentar essas capacitações

Entrevistado 11- Sim. Mais ainda é preciso se expandir para todos os professores.

Nessa questão , alguns professores acreditam que não, outros crêem que sim, desde que seja um proposta aberta a todos os professores e não restrita apenas a alguns

Entrevistado 12 – Sim. Em todos os setores é sempre importante o Maximo de aperfeiçoamentos e especialização, porem essas formações precisam ser melhoradas sempre.

Entrevistado 13 – Não respondeu

Entrevistado 14 Sim. O que falta é realmente interesse do professor

Entrevistado 15 – Ajuda bastante, pois precisamos conhecer para aplicar, mas é preciso vontade para fazer a mudança acontecer.

Percebe-se aqui o desconhecimento do professor em relação à oferta dos cursos e mais ainda o desinteresse quanto ao mesmo.

10-O material didático disponibilizado pelo governo abarca o conteúdo exigido pela lei? Explique.

Entrevistado 1- Não

Entrevistado 2 – Não. Precisa de recursos.

Entrevistado 3 – No que se refere ao livro didático, sim.

Entrevistado 4 – Já utilizei alguns materiais, mas não por não ter conhecimento de todo o conteúdo da lei, não posso responder com propriedade a questão.

Entrevistado 5 – não sei, pois não tive acesso a esse material.

Entrevistado 6 – Um pouco, mas é necessário uma formação que contempla todos os professores, ou aqueles que trabalha com a disciplina.

Entrevistado 7 – Não conheço o material.

Entrevistado 8 – Em parte sim, mais ainda é muito pouco.

Entrevistado 9 – Algumas poucas informações.

Entrevistado 10 – Sim no portal da SEC de educação do estado tem a lei e vários matérias que abordam essa temática.

Entrevistado 11 – Não. Ainda é preciso que disponibilize material para contemplar esse ensino.

Entrevistado 12 – Sim. Acredito que o material contempla a lei.

Entrevistado 13–Não respondeu

Entrevistado 14 - Não. Pois não chega em todas escolas pelo menos na que leciono

Entrevistado 15 – Já vi algumas coisas disponíveis e achei muito bom. Mas não conheço profundamente.

De acordo com resultados de pesquisas feitas recentemente por Ferreira (2004, 2006 e 2007), Gomes &Silva (2002), entre outros, os professores não estão sendo preparados para lidar com a comunidade diversa que temos nas escolas brasileiras. Os resultados demonstram que há uma necessidade urgente de que as

universidades (que formam os professores) incluam em seus currículos (planos de ensino) e em seus PPPs (projetos político) estas discussões, para que tenhamos professores mais preparados, críticos e cientes de seu papel transformador.

11- Acredita que a plena execução dos dispositivos da lei na escola e a verdadeira promoção do ensino da cultura africana darão conta de extinguir o preconceito quanto a essa matriz de origem?

Entrevistado 1- Não

Entrevistado 2 – Colocar em prática

Entrevistado 3 – Não, mas é o começo. O importante, é despertar o interesse e a conscientização no aluno, através de projetos que tenham continuidade

Entrevistado 4 – Acredito que ameniza, porem extinguir acho difícil se não houver parceria com família e comunidade

Entrevistado 5 – Não, pois o preconceito na maioria das vezes é uma questão familiar.

Entrevistado 6 – Não. O preconceito ainda é uma questão muito cultural e depende do ponto de vista de cada um.

Entrevistado 7 – Se trabalhada da forma correta, ela pode diminuir o preconceito

Entrevistado 8 – Não, o preconceito é algo cultural, vem de muitos e muitos anos atrás, mais se for trabalhado de forma responsável, poderá sim diminuir, para quem sabe um dia os negros possam viverem em paz neste país e no mundo

Entrevistado 9 - Não

Entrevistado 10 – Não. Infelizmente isso é cultural e mudar a cultura é muito difícil, porém pode minimizar bastante.

Entrevistado 11 – Não. Pois o preconceito ainda é uma questão de cultura

Entrevistado 12 – Acho difícil extinguir totalmente o preconceito, pois o preconceito no Brasil é cultural infelizmente

Entrevistado 13– Não respondeu

Entrevistado 14 – Não. Pois depende também da consciência humana e do respeito para com as diferenças

Entrevistado 15 – É um grande passo para minimizar a longa história de discriminação e desvalorização da cultura, contudo precisamos caminhar muito.

A maioria dos professores aqui não acreditam que a lei extinguirá através do processo educacional o preconceito existente quanto à matriz africana. Alegam ser essa uma questão bastante enraizada culturalmente e por vezes nasce e cresce na própria família a disseminação desse preconceito. O preconceito acompanha os indivíduos, tornando-os fechados e opostos a qualquer alteração no que tem-se por padrão familiar. A idéia de que não se pode haver amor entre pessoas do mesmo sexo ou que mães solteiras são casos vergonhosos deteriora o direito de igualdade e faz a sociedade regredir na linha evolutiva que busca a paridade entre os componentes sociais. Alguns acreditam que apenas com o trabalho da educação contínua e sistemática isso será conseguido. E o trabalho da família é indissociável nesse sentido. É na família e na comunidade de entorno coque o aluno vai construindo seu discurso de aprovação ou de reprovação a esse mesmo entorno.

De acordo com Martins (2013) A linguagem de uma comunidade ou o discurso social são carregados de significados e cotidianamente internalizados pelas crianças em suas relações mediadas pelos outros, assim "[...] o discurso, o mais poderoso e penetrante dos dispositivos semióticos, funciona como uma ferramenta psicológica na construção da consciência individual. [...] O discurso interior é o resultado de um processo construtivo pelo qual o discurso a partir dos outros e com os outros se tornou discurso para o eu" (Daniels, 2011:46).

Ainda em Martins (2013) Segundo Madureira e Branco (2007) a perspectiva histórico-cultural compreende que na dinâmica e complexidade do desenvolvimento da criança, os processos de internalização e externalização dos significados culturais não são meras reproduções de mensagens culturais, mas ao serem ouvidas pelos sujeitos são invariavelmente transformadas. Além disso, essas mensagens emitidas pela canalização cultural, ainda mesmo quando redundantes, têm o poder de influenciar a afetividade e a motivação dos sujeitos.

Nessa mesma perspectiva, Silva e Branco (2011) apontam que nos processos interativos a criança é distinguida nos vários modos de aprovação ou desaprovação das pessoas mais experientes e poderosas. Além disso, a criança ao ouvir determinadas falas em uma comunidade pode transformá-las e internalizá-las, construindo assim uma narrativa de si mesma. Estas posições, apesar de não determinarem completamente o "self" da criança, não são simples cópias das visões das outras pessoas, mas são semioticamente construídas e reconstruídas no curso do desenvolvimento. Dessa forma, o discurso do outro, assim como as formas subjetivas de internalização dessa linguagem, pode afetar de forma perversa a criança negra dentro ou fora dos espaços escolares.

12-Enquanto professor e formador de opinião, acredita nessa lei ou acha que mais uma tentativa dentro de políticas públicas de inclusão que disseminam ainda mais o preconceito chamando atenção para ele?

Entrevistado 1- Acredito

Entrevistado 2 – O problema é o cumprimento da lei que às vezes não acontece

Entrevistado 3– Não. A lei tem como objetivo a conscientização e a valorização da cultura africana

Entrevistado 4–Por não ter amplo conhecimento da lei abstenho-me de responder tal questão

Entrevistado 5 – Essa lei servirá para coibir enterrar o preconceito

Entrevistado 6 – Acredito que não. Dissemina ainda mais o preconceito, porque esta questão depende muito de cada pessoa

Entrevistado 7 – Mesmo não conhecendo na íntegra, acredito na sua eficácia para combater o preconceito

Entrevistado 8– Acredito sim na lei, acho que medidas como essa da lei deve ser disseminada. Nunca se Deus achar o suficiente para que se posso buscar mais em defesa dos negros.

Entrevistado 9 – Assim como as demais leis brasileiras elas são bem organizadas no papel e com o objetivo principal pertinente a superação do preconceito

Entrevistado 10 – Acredito na lei sim, porem o que precisa é que essa temática seja melhor desenvolvida em sala de aula

Entrevistado 11 – Ainda não, mesmo se fazendo estudo ainda há o preconceito

Entrevistado 12 - Acredito na lei, e considero importante a promulgação da lei. No sentido de afrontar o preconceito que no Brasil ainda é forte

Entrevistado 13- Não respondeu

Entrevistado 14 – Acredito na lei, porem, a execução cada um de nós, somos responsáveis em fazer

Entrevistado 15 - Nossas leis geralmente são muito boas. Falta é conhecimento para aplicar e vontade política para as leis saírem do papel.

Aqui a maioria dos professores diz acreditar no potencial da lei e apesar de não conhecê-la na íntegra ou de nenhuma forma, sabem qual sua finalidade. Apenas um professor diz não acreditar na lei e que ao invés de coibir, ela dissemina ainda mais o preconceito. O que não deixa de ser um ponto de vista interessante. Esse aspecto é muito comentado quando se refere por exemplo à legislação acerca das cotas que acaba promovendo alguns de forma um tanto injusto e acirrando as diferenças ao invés de contê-las. a violência relacionada a práticas discriminatórias resultantes de concepções quanto à raça mostra-se evidente na comunidade escolar.

Muitas pessoas, principalmente alunos, relatam casos de discriminações. Os pais em sua maioria considera a existência de preconceito na escola até mesmo contra uma estudante branca, que se percebe discriminada pelos colegas negros. Além do acesso diferenciado segundo a dependência administrativa das escolas, brancos e não-brancos também se distinguem pelos turnos de estudo. Os maiores percentuais de não-brancos estão no turno da noite. De fato, existe, por parte de vários alunos, de membros do corpo técnico-pedagógico e de pais, o reconhecimento de que há preconceito racial nessa instituição. Isso foi frisado, principalmente, pelos que são ou já foram vítimas desse problema, aos quais são

dirigidas palavras como “negona”, “molambo”, “fedorenta” e “cabelo de bombril”. Os depoimentos trazem evidências de que predomina a ideologia pela qual se associam padrões de beleza a características de brancos. Não resta dúvida de que existe hostilidade racial e de que ela pode prejudicar a trajetória escolar da vítima ao criar um estigma contra ela e marginalizá-la. Alguns diretores e professores de estabelecimentos privados sustentam que não ocorre preconceito nas escolas onde trabalham, devido ao fato de existirem poucas pessoas negras no ambiente escolar. Essa é uma expressão de racismo estrutural, pelo acesso diferenciado de brancos e negros a escolas da rede pública e da privada. Na literatura sobre o tema no Brasil, é comum destacar-se o fato de que o racismo é realizado por formas complexas, não sendo sequer admitido conscientemente pela maioria da população. Em um primeiro momento, também é difícil detectar práticas ou comportamentos que se caracterizem por padrões racistas nas escolas. O comum é negar e qualquer tipo de discriminação. Mas existe a percepção dos alunos de que o preconceito racial está em todos os níveis. Quem é racista? Muita gente, menos a pessoa em si. Raros entrevistados assumem essa ideologia. Negros culpam brancos, loiros delatam escuros, professores apontam para os alunos, alunos falam da direção, e filhos indicam pais.

Conclusão: é sempre o outro que tem preconceito. Muitos alunos afirmam que não existem preconceitos, mas, sim, brincadeiras. Pais e membros do corpo técnico-pedagógico também observaram, em grupos focais, que essas “brincadeiras” podem ser exercícios de legitimidade aos preconceitos raciais, que, por sinal, não ocorrem apenas contra o negro mas também contra pessoas de origem indígena, japonesa e mesmo contra brancos. Ainda assim, o racismo tende a ser encarado como uma manifestação natural do ambiente escolar.

13-Enquanto professor quais as ações que promove no sentido de ensinar a cultura africana?

Entrevistado 1- Atividade que contemple a valorização de culturas material e imaterial afrobrasileiras.

Entrevistado 2 – Incentivo por parte de cada um.

Entrevistado 3 – As discussões em sala de aula, visto qual os projetos estão mais focados em datas comemorativas como o dia da consciencia negra

Entrevistado 4 – Na disciplina que leciono, trago textos imagéticos e vídeos que levam os alunos a fazerem reflexões sobre o tema

Entrevistado 5 – Analise de vídeos e conversas com os alunos sobra o assunto

Entrevistado 6 – Discussão respeitosa do tema e divulgação dessa cultura através de feira de cultura e de outros projetos .

Entrevistado 7 – Participo de projetos que valorizam a cultura africana e ministro aulas com essa temática.

Entrevistado 8 – Inclusão social, aceitação dos negros por sua origem e cultura e valorização da cultura africana que é muito rica

Entrevistado 9 – Trabalho alguns filmes, textos, jogos que promova a reflexão dos meus alunos.

Entrevistado 10 – Procuo pesquisar e motivar meus educandos a valorizarem a nossa cultura e colocando sempre os pontos positivos dessa nossa cultura

Entrevistado 11 – Estudos sobre o tema, discussão a respeito, projetos e feita de conhecimento

Entrevistado 12 – Mostro freqüentemente vídeos relacionados matérias e estudos mostrando a influencia da África no território brasileiro.

Entrevistado 13 – Não respondeu

Entrevistado 14 – Como professora de ciências trabalho a genética e hereditariedade africana, nossas marcas e a importância desses, para a formação do povo brasileiro

Entrevistado 15 – Este ano quero focar o tema, com um olhar mais diferenciado, dando mais ênfase, mais dinamismo para este assunto.

Essa questão deixou explícita como o professor trata a cultura afrobrasileira como coisa à parte e não como parte do cotidiano. O professor traz o tema ainda de

forma localizada no tempo da escravidão sem muita contextualização e quando o faz sempre de forma alheia a si mesmo enquanto negro (seja na cor da pele, seja na origem) ou quanto ao aluno que é negro também. Outra dificuldade encontrada é na família. Cada família opera de determinada forma e essas especificidades têm importante impacto na forma como incutem nos filhos valores e atitudes diante do processo de escolarização. Como o desenvolvimento é acompanhado por mediações orientadas pelos contextos, o sujeito internaliza aquilo que a família e o discurso social apontam como sendo verdade. É sabida e discutida há várias décadas a questão da exclusão escolar que ocorre com jovens da periferia que deixam a escola para trabalhar e ajudar suas famílias. Uma "verdade" construída a partir de elementos de seu contexto, quando afirma que em famílias com adultos que possuem pouca escolarização não se valoriza a escola. E a verdade construída pelas famílias em grande parte e que o aluno vivencia e a desvalorização completa da matriz africana.

14- A escola colabora? De que forma? O PPP da escola contém ações nesse sentido?

Entrevistado 1-Sim, disponibilizando os recursos necessários.

Entrevistado 2 – As vezes

Entrevistado 3 - Não especificamente

Entrevistado 4 – De forma ainda tímida, geralmente a professora de historia lança seus projetos e convida os outros. O que falta é conhecimento aprofundado da lei por outros professores. Sim o PPP contem algumas ações

Entrevistado 5 – Pouca ação. Apenas dia da consciência negra

Entrevistado 6 – Pouco. A escola colabora pouco por falta de capacitação dos professores e da própria gestão

Entrevistado 7 – Sim realiza projetos, capacitações para os professores e promove o ensino da cultura africana

Entrevistado 8 – Por meio de projetos

Entrevistado 9 – Não conheço o PPP da escola mas atual gestão sempre apóia qualquer idéia do professor

Entrevistado 10 – Sim. Promovemos durante o ano atividades voltadas para a valorização cultural em nossos projetos interdisciplinares

Entrevistado 11 – Colabora muito pouco. Ainda falta cursos de capacitação. Com discussões e pesquisa e estudo sobre o tema

Entrevistado 12 – Infelizmente a disseminação deste assunto na escola ainda é pouco, a escola precisa melhor trabalhar esse tema

Entrevistado 13 – Não respondeu

Entrevistado 14 – As ações existem mas não são executadas como deveriam

Entrevistado 15 – Sim. Já realizamos gincanas e projetos de unidade focado neste tema

Nessa questão o professor responde praticamente todo o teor do trabalho ao afirmar entre outras coisas que não conhece o PPP da escola e que a temática é trabalhada apenas no dia da Consciência Negra, praticamente os professores são unânimes em falar que há pouca difusão do tema e que há pouco apoio por parte da gestão em relação a tratar o assunto de forma continua e cotidiana como é a intenção da lei.

De acordo com Santana (2011) Qualquer processo de construção identitária é complexo. Mas, com o racismo estrutural do Brasil, é muito difícil identificar-se como negro. Na escola e na mídia as referências que temos são do escravo, do feio, do pobre, do bandido. É muito doloroso se identificar com essas imagens. É um longo processo compreender que pessoas negras foram escravizadas em um crime brutal que durou séculos, que beleza não é pressuposto do branco, do loiro, do que chamam cabelo bom”. Que historicamente se reproduz uma falta de oportunidade para pessoas negras no Brasil, o que cria situações terríveis de vulnerabilidade social. Isso logicamente no professor, no aluno, na escola como um todo, tornando o tema envolto de temores e evasivas.

15-Como evitar que esse ensino não caia no folclorismo e alegorismo!

Entrevistado 1-Sendo capaz de abordar o tema de forma contextualizada.

Entrevistado 2 – Buscando inovar os conhecimentos

Entrevistado 3 – Acredito que vai depender da formação do professor no sentido dele estar preparado para desenvolver um bom trabalho

Entrevistado 4 – Como disse anteriormente, a escola e os professores precisam se aprofundar no conhecimento da lei

Entrevistado 5 – Mostrando de forma coerente a importância desse ensino

Entrevistado 6 – Desde quando o assunto seja levado de forma séria, a discussão do tema passa ser relevante

Entrevistado 7 – Na minha escola tem disciplinas específicas como “ cultura e identidade” e promove ações o ano inteiro.

Entrevistado 8 – Não deixando a lei nas gavetas, colocando como obrigatória no PPP de cada escola e valorizando os profissionais negros

Entrevistado 9 – Acredito que quando for incluído na integra no currículo escolar

Entrevistado 10 – Desenvolvendo atividades durante todo o ano letivo e não só nas datas comemorativas

Entrevistado 11 – Capacitar pessoas para trabalhar com o tema e fornecer material didático adequado, que muitas vezes estão faltando

Entrevistado 12 – É trabalhar com seriedade amostrando e executando o tema

Entrevistado 13 – Não respondeu

Entrevistado 14 – Dinâmica, criatividade, coletividade e ação executora

Entrevistado 15 – Verdade, é um desafio que precisamos vencer. Creio que o conhecimento, a fundamentação seriam de extrema importância. Conhecimento de causa diria.

Aqui mais uma vez se retoma a questão da formação para obtenção do conhecimento do tema. Um professor coloca aqui a existência de uma disciplina específica para tratar do tema. Na verdade é justamente isso que deveria ser evitado. A interdisciplinaridade precisa ser envolvida nessa temática justamente para não incorrer no risco de torná-la uma coisa à parte, específica e conseqüentemente se marginaliza. Há sim que haver uma sensibilização, quebra de paradigmas e estigmas principalmente por parte do professor. Ainda de acordo Santana (2011) Há um projeto sistemático de exclusão de negros e negras desde que o Brasil existe, portanto a maneira de manter esse processo é continuar tratando negros, índios e outras minorias formadoras da forma alegórica que vem sendo tratada no decorrer dos anos, fato que nem a lei tem conseguido burlar.

16-Que ações você propõe para dinamizar o ensino da cultura africana na sua escola? Você realmente considera necessário? Os alunos se interessam?

Entrevistado 1- Através de diversas expressões artísticas

Entrevistado 2 – Trabalhar em cima do tema

Entrevistado 3 – Através dos projetos no ensino diário, ou seja, nas discussões em sala de aula

Entrevistado 4 – O aluno se interessa por tudo que diga respeito à sua pessoa. O conhecimento é adquirido a partir do momento que o próprio aluno confecciona o que será utilizado em classe.

Entrevistado 5 – Palestras, caminhadas, vídeos na comunidade etc.

Entrevistado 6 – Em primeiro lugar, capacitar todos os gestores e professores disponibilizar matérias didáticas e pedagógicas. Sim. Acredito que sim, até porque somos fruto de uma miscigenação

Entrevistado 7 – Adotar atitudes de respeito pelas diferenças entre as pessoas – incentivar os alunos a entender a importância da diversidade e reprimir atitudes desrespeitosas e preconceituosas

Entrevistado 8 – Acredito que o ensino da cultura deve ser por meio de disciplina em sala, mais também deve ser levado para a apreciação da população por meio de projetos temáticos

Entrevistado 9 – Ações diárias comuns com respeito ao próximo para evitar que se torne uma data comemorativa

Entrevistado 10 – Todas as atividades os alunos se interessam muito e participam bastante e acredito que a nossa escola esta no caminho certo

Entrevistado 11 – Capacitar gestores e professores, adquirir materiais adequados. Sim. As vezes sim

Entrevistado 12 – Precisa trabalhar melhor a parte prática

Entrevistado 13 – Não respondeu

Entrevistado 14 – Os alunos se interessam, faz-se necessário, mas os colegas profissionais devem ser motivados por coordenadores e articuladores para assim ser melhor executado

Entrevistado 15 – Considero necessário. O conteúdo deve ser abordado com respeito e naturalidade, como os demais conteúdos, não deve ser algo esporádico obrigado por lei, mas algo que faça parte, como os demais conteúdos

A capacitação continuada tanto de gestores quanto de professores somada à sensibilização à temática é o fator principal. Percebe-se por vezes no discurso do professor quando propõe projetos, que o risco é cair como foi dito lá no primeiro capítulo no risco de trazer tais temáticas apenas pelo aspecto folclórico ou de data comemorativa, o que é um risco e que certamente não está previsto na lei. Um professor considera que trabalhar com ações diárias é a solução, e é certamente esse o caminho para que o aluno perceba a africanidade como parte de suas composições, assim como as demais, indígenas e portuguesas que são as matrizes iniciais.

17-Qual a análise que você faz do livro didático disponibilizado para a disciplina História na sua escola?

Entrevistado 1- Razoável

Entrevistado 2 - Não respondeu

Entrevistado 3 – O livro contempla de alguma maneira essa questão na análise para escolha do livro, esse foi um dos critérios

Entrevistado 4 – Não analiso o livro de historia, portanto não tenho como opinar

Entrevistado 5 – Bom, porem tive pouco contato

Entrevistado 6 – Os livros já abordam o tema, mas é preciso que o professor busque adequar a sua turma

Entrevistado 7 – O livro contempla assuntos relacionados a diversidade e o combate ao preconceito

Entrevistado 8 – Ainda não tive oportunidade em avaliar o conteúdo do livro didático de historia do ensino médio

Entrevistado 9 – Descontextualizado. Chegando muitas vezes a não ser usado pelos alunos

Entrevistado 10 – Não analisei o livro de historia, mas ouvir dos professores da disciplina observa bastante essa temática na hora da escolha dos livros

Entrevistado 11 – Precisa-se adequar o livro didático ao aluno e ao tema

Entrevistado 12- Não respondeu

Entrevistado 13- Não respondeu

Entrevistado 14 – Não. Sei informar, sinto-me até envergonhada de ser omissa a essa situação em quanto professore de ciências

Entrevistado 15 – O livro traz uma boa abordagem do tema que complementada com outras fontes, pode ser realizado um bom trabalho sobre o ensino da cultura africana

A análise do professor em relação ao livro didático é rasa. Sem falar que muitos admitem não ter observado e alguns nem terem respondido a questão. Aspectos importantes deixam de ser avaliados. O aluno vai ter contato por

um ano inteiro com o livro didático e certamente ele se configura através de seu conteúdo em um formador de opinião. É mais que necessário que o professor observe desde os objetivos de como os mesmos textos propõem atividades com relação aos aspectos étnico-raciais, procurando analisar as figuras, se estas representam também o negro e como o fazem. Em seqüência observar os textos e os exercícios propostos pelo material, verificando se esses textos e exercícios propõem reflexões a favor da questão étnico-racial.

O teor do livro pode dizer muito. Há livros onde há mesmo ilustrações que não tratam do assunto, o que faz com que os alunos percebam que não há diferenças entre pessoas negras e pessoas brancas, pois estas aparecem juntas, valorizando as características também do negro. Isso às vezes já pode ser observada na capa do livro, Alguns materiais já trazem um trabalho voltado às diferenças, não somente raciais e étnicas, mas também de usos, de costumes, de idéias, etc., propondo também reflexões sobre a questão. Alguns destacam as diversidades raciais. Gomes (1995), e refletem sobre os estereótipos de que negro mora na favela, da mulata sensual entre outros. O professor atento com a questão consegue fazer essa leitura, priorizando o material que traz como base a igualdade perante as diferenças..

Neste sentido importante perceber o currículo oculto, ou seja, o que é passado para o aluno sem uma reflexão. Por trás de um texto/ilustração certamente estão subentendidas algumas ideologias que desfavorecem o negro e favorecem o branco, o assunto étnico e racial deve ser comentado de uma maneira mais aprofundada. O preconceito existente no Brasil, mesmo que não intencionalmente, precisa ser refletido na leitura do material didático e quando esse não traz, o professor deve trazer essa discussão à tona.

Cavalleiro (2001, p. 145) afirma que, quando as pessoas negras são tratadas como “neguinho” e “pretinho”, estes acontecimentos podem parecer apenas um detalhe do cotidiano pré-escolar, porém :

[...] são reveladores de uma prática que pode prejudicar severamente o processo de socialização de crianças negras, imprimindo-lhes estigmas indelévels [...], contribui “[...] para um sentimento de recusa às características raciais do grupo negro e fortalece o desejo de pertencer ao grupo branco. (Cavalleiro 2001, p. 145)

Em pesquisas feitas por especialistas encontram-se livros que tratam de aspectos desde como negros, estão procurando vencer os preconceitos existentes através de uma inserção maior na sociedade, até como há a diferença entre o salário de um branco e o de um negro, ou seja, o baixo salário deste último. E traz algo o mais impressionante, ou seja, a informação de que os próprios negros são preconceituosos: “Metade dos negros diz concordar que negro bom é negro de alma branca” (p.119). Percebe-se aqui que há uma necessidade de que o professor esteja preparado para lidar com este texto, pois, se não estiver, pode perpetuar os estereótipos que foram repassados historicamente e socialmente em nossa sociedade sobre o que é ser negro, como discutido na seção dos parâmetros nacionais.

Cavaliere (2001) aponta para a necessidade de o professor trabalhar em sala de aula: questões como embranquecimento, como racismo institucional e como entender o processo que faz com que os próprios negros reproduzam o que foi construído para eles socialmente e historicamente e que infelizmente acabam reproduzindo estereótipos que os deixam em desvantagem social com relação aos demais grupos étnicos (BRASIL, 2004). O preconceito existente nas mídias sociais também precisa ser conduzida pelo professor, pois segundo Cavalleiro (2001, p. 145) aponta que o resultado de a criança assistir a esse tipo de material (seja na televisão, seja em cartazes que são mostrados nos corredores das escolas, seja em fotos ou em ilustrações de livros infantis), faz com que elas percebam “uma suposta superioridade do modelo humano branco”, pois elas não se vêem representadas nos diversos segmentos sociais.

18-Enquanto coordenador considera que os professores são empáticos ao ensino da cultura africana na escola? Há uma aceitação do tema pela comunidade escolar em geral?

Na escola não existe coordenador para responder a questão.

3.5.1.4 Sobre os pressupostos da lei

O ideal democrático só poderá ser vislumbrado quando a gestão da escola for realizada pelos próprios representantes da comunidade escolar. Nos últimos anos os estudos acadêmicos, as políticas públicas, as documentações oficiais - leis, decretos, resoluções, portarias, pareceres, recomendações, parâmetros - concebem a participação desses segmentos como estratégia central da melhoria da qualidade do ensino, entendendo que a questão do pertencimentogerado por ela cria e consolida o envolvimento e o compromisso dos educadores e demais segmentos da comunidade escolar com o projeto político-pedagógico que deve estar em construção permanente e com a problemática da eleição de diretores.

Hoje a participação é considerada como uma importante estratégia política tanto pelos setores progressistas como por aqueles setores tradicionalmente contrários ao avanço das forças populares, ao reconhecimento da igualdade de direitos, inclusive o direito relativo à educação para todos.

Assim, há diferentes formas, sentidos e significados que podem ser atribuídos ao ideal de “participação”. Conforme escreve Popkewitz (1997), em sua análise sobre as reformas educacionais, a retórica da participação, em muitos casos, substitui as práticas de participação democrática. Isso é possível por meio da redefinição estreita da noção de democracia, na qual a participação de diferentes atores envolvidos consiste em aplicar as regulamentações e interpretações administrativas que parecem surgir de ninguém, mas que têm sua elaboração centralizada no governo ou em determinado setor da sociedade. São utilizadas estratégias de controle, regulação e convencimento que acabam por produzir o confinamento da democracia a uma prática que não questiona quem delibera, mas sim, conforma-se com a aplicação e fiscalização das deliberações.

Quanto ao princípio da autonomia, mencionado no artigo 15 da atual LDB, autores como Gutierrez & Catani (2000) enfatizam o caráter relativo e interdependente desse princípio. A autonomia não dispensa relação e articulação entre escolas, sistemas de ensino e poderes, tampouco é a liberdade e a direção dada por apenas um segmento social. Assim, não se pretende a autonomia dos

professores, ou dos pais, ou dos estudantes. A autonomia é sempre de um coletivo, a comunidade escolar, e para ser legítima e legitimada depende que este coletivo reconheça sua identidade em um todo mais amplo e diverso que, por sua vez, o reconhecerá como parte de si. A autonomia, portanto, se edifica na confluência, na negociação de várias lógicas e interesses; acontece em um campo de forças no qual se confrontam e equilibram diferentes poderes de influência, internos e externos. Por isso, a autonomia de uma escola, a gestão democrática da escola, devem ser cuidadosamente trabalhadas, para não camuflar autoritarismos, nem fomentar processos de desarticulação e voluntarismos.

A lei 10.639 respalda autonomia da escola. O que se percebe porém é que essa lei está distante da escola. Em sua dimensão social, a autonomia tem um cunho ético e político, pois o que se desenvolve na escola deve servir, em tese, para a formação educativa cidadã, em benefício da sociedade numa determinada direção, o que remete à democratização das relações de poder e melhoria das condições de vida da população. Na direção de se construir um processo de autonomia que considere os diferentes sujeitos da escola, ressalta Barroso (2001, p. 4):

Se queremos falar da autonomia da escola, não podemos falar em abstracto, mas temos que falar das condições concretas que, numa determinada escola, asseguram a capacidade de decisão e execução das pessoas e dos seus órgãos de gestão, isto é, do seu poder, competências, atribuições e recursos. (BARROSO 2001, p. 4):

A mesma escola responsável pelo desenvolvimento da sensibilidade democrática, espírito autônomo e humanista também deve se encarregar de moldar o indivíduo para o mercado competitivo, construindo um padrão para o produto, o que tem levado boa parte das escolas a se reorientarem por modelos gerenciais de administração, que apresenta como fundamento básico o foco nos resultados.

Não se quer com isso afirmar que este autor resolveu todas as questões pendentes da teoria política relacionada à democracia, mas sim, que ele fornece algumas novas perspectivas a serem apropriadas na reflexão sobre temas tão atuais na administração pública, como a reforma do Estado e a gestão democrática cujo alcance vai além da noção de democracia representativa, incluindo também a discussão sobre democracia direta e participativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa história está marcada pela violência dos poderosos contra os mais fracos. Ela se inicia com o massacre de índios, que até o descobrimento não sabiam o que era fome e desigualdade social. Até hoje, entre os índios não se conhece a figura do menor abandonado. Mas eram vistos pelos colonizadores como seres inferiores. Para o colonizador português, os índios eram preguiçosos. E o Brasil entrou na rotunda escravidão negra. O escravo não era, juridicamente, considerado ser humano apenas um instrumentum vocalis, que em latim significa instrumento que fala.

Há realmente uma dívida histórica para com o “negro pobre” no Brasil, mas o herdeiro desta dívida e quem deve pagá-la é a burguesia, e ela jamais será devidamente cobrada sem a união do “negro pobre” com o “branco pobre”. Portanto, apresentar um programa diferente, um para o “negro pobre” e outro para o “branco pobre”, é politicamente um completo absurdo. Se, como afirmamos, atualmente o racismo é uma forma de opressão social a serviço da exploração capitalista, a tentativa de amenizar as consequências sociais do racismo com propostas que joguem os trabalhadores uns contra os outros, e fazem do racismo uma questão administrada sob controle da burguesia, é ignorar a ligação orgânica entre o racismo e a luta de classes, é separar a luta contra o racismo da luta pelo socialismo. Contra qualquer manifestação de discriminação racista, mesmo que ela ocorra entre os trabalhadores, devemos sempre propor a mais decidida e contundente ação política do conjunto da classe trabalhadora.

Embora institucionalmente silenciada, a violência relacionada a práticas discriminatórias resultantes de preocupações quanto à raça mostra-se evidente na comunidade escolar. A lei 10.639 mesmo em vigência há tantos anos ainda não conseguiu nem um mínimo do que se propõe tendo em vista tanto percalços de ordem técnica, administrativa, material, mas sobretudo de ordem cultural mesmo no que se refere a mudança dos paradigmas.

Relembrando o que nos diz Le Goff, “a mentalidade é tudo aquilo que muda de mais lentamente na história”, sendo assim, a História enquanto disciplina eixo dessa temática precisa refazer-se metodologicamente e constantemente para

abarcando esse entendimento e essa resistência do indivíduo a determinados aspectos de sua própria origem. Nesse sentido, seu objeto é o coletivo. A mentalidade de um indivíduo histórico é justamente o que ele tem de comum com outros homens de seu tempo. O professor de história precisa estar atento às noções de comportamento e de atitudes do aluno e mesmo do seu grupo de trabalho, pois desse entendimento, dessas aceitações ou resistências poderá refazer seus percursos e remontar sua prática.

Essa pesquisa de fato nos mostrou de forma nua e crua a situação de omissão em que a escola, independente da obrigatoriedade da lei, se posiciona diante do cotidiano, pois enxergar a multiculturalidade e a diversidade é sobretudo acolher o cotidiano no qual estamos incluídos. Negar essa inclusão e acesso às possibilidades de novos conhecimentos é negar todos os pressupostos de autonomia, democracia, que estão lá contidos de forma poética no Projeto Político Pedagógico da escola, mas que infelizmente não saem do papel.

Esse trabalho tem como objetivo primordial não ficar escondido, mas ser divulgado entre os atores da escola, para que seja motivo de reflexão e que origine um redimensionamento das ações, mas, sobretudo que projete no outro a sensibilização para a aceitação de sua identidade multi e da miscigenação a que estamos por herança submetida, todos nós.

Não precisamos de ações mirabolantes, mas de atitude de acolhimento dessa história e de boa vontade para um agir diferenciado que não se prenda apenas à sala de aula, mas esteja presente nas ações do cotidiano e das vivências pessoais.

Tudo parte do assumir-se enquanto mestiço e abrir-se a aprender o que a historiografia branca e factual nos passou ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS:

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução, elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BURKE, Peter. (org). **A escrita da história, novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CANAU, Vera Maria (org). **Magistério, construção cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CARVALHO, Maria E. P. (2004). Modos de educação, gênero e relações escola-família. *Cadernos de Pesquisa (São Paulo)*, 34,41-58.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**. São Paulo: Contexto, 2000 **HISTORIEN** - REVISTA DE HISTÓRIA [4]; Petrolina, out./abr. 2011. Página 254.

_____, Eliane. **Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor**. In: CAVALLEIRO, Eliane (Ed.) **Racismo e anti-racismo na educação: repensando a escola**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2001. p. 141-160.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Addressing 'race'/ethnicity in Brazilian schools: a study of EFL teachers**. PhD thesis. University of London - Institute of Education. London, 2004. 325 p.

_____. **Formação de professores raça/etnia: reflexões e sugestões de materiais de ensino**. Cascavel, PR: Coluna do Saber, 2006.

FREIRE, Paulo. **Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRY P, Maggie Y, Maio MC, Monteiro S, Santos RV. **Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira; 2007.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto: o processo de construção da identidade racial de professoras negras**. Belo Horizonte: Maza, 1995.

GOMES, Nilma Lino & SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. O desafio da diversidade. In: GOMES, N. L. & SILVA, P. B. (Ed.). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002

- GONÇALVES & SILVA, Beatriz Petronilha. (Relatora). **Parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/CNE, 2004.
- HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- IANNI, Otávio. **A dialética das relações raciais**. Disponível em: <<http://www.Sociologia.com.br/arti/colab/a16-oianni>>. Acessado em nov. 2008.
- INEP (2007). Saeb 2005. Primeiros Resultados: Médias de Desempenho do Saeb/2005 em perspectiva comparada. Brasília: Ministério da Educação.
- MARTINS, Edna e GERALDO, Aparecida das Graças. **A Influência da Família no Processo de Escolarização e Superação do Preconceito Racial: um estudo com universitários negros**. *Rev. psicol. polít.* [online]. 2013, vol.13, n.26, pp. 55-73. ISSN 1519-549X.
- MINAYO, Maria C. de S., & Sanches, Odécio. (1993). **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?** *Cadernos de Saúde Pública (Rio de Janeiro)*, 9(3), 239-248.
- MUNANGA, Kabengele. (2000). **O preconceito racial no sistema educativo brasileiro e seu impacto no processo de aprendizado do 'alunado' negro**. Em Clóvis Azevedo, Pablo Gentili, Andréa Krug., & Cátia Simon. **Utopia e democracia na educação cidadã**. Porto Alegre: UFRGS/Secretaria Municipal de Educação
- NEVES, Gilberto. (org). **Educar para a igualdade: combatendo o racismo na educação**. Uberlândia: Sincopel, 2008.
- NÓVOA, A. (coord). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- PENNA Ruy. **Uma crítica marxista da proposta das cotas raciais**. <http://www.marxismo.org.br/content/uma-critica-marxista-da-proposta-das-cotas-raciais>
- PERRENOUD, Philippe. *et.all.* **Formando professores profissionais**. Quais estratégias? Quais competências? 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. **Memórias do cativo, família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ROSEMBERG, Fluvia; BAZILLI, Chirley & SILVA, Vinícius Baptista da. **Racismo nos livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura.** Educação e Pesquisa, 2003, v. 29, n. 1, p. 125-146.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** Porto Alegre.2007.

SANTANA, Bianca. **Quando Me Descobri Negra.** Editora Sesi, São Paulo.2011.

SILVA, Marcela P. D. da., & Branco, Angela U. (2011). **Negritude e infância: relações étnico-raciais em situação lúdica estruturada.** *Psico (Porto Alegre, PUCRS)*, 42(2),197-205.

SILVA, Ana Célia da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático.** Salvador: EDUFBA, 2001.

_____. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou?**

Disponível em: <<http://www.anpel.org.br/inicio.html>>. Acesso em: 11 dez. 2002. 8p.

_____. **A discriminação do negro no livro didático.** Salvador: CEAQ, CED, 1995.

SOUZA, Neucimara Ferreira de; MENEGASSI, Renilson José. **A visão do negro no livro didático de Português.** In: Revista Espaço Acadêmico, nº 47, abril de 2005, ano IV. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso em: 27 set. 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça naintimidade** (Ed.) História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade. 1998.

THEREZA, Cochar Magalhães; CEREJA, William Roberto. **Português: linguagens – 6ª série.** 2. ed. São Paulo: Atual, 2002:www.acaoeducativa.org/relacoesraciais.

ANEXOS



UNIVERSIDAD EVANGÉLICA DEL PARAGUAY

Prezado colega professor/coordenador

Sou aluna do Curso de Mestrado em Educação pela Universidad Evangelica Del Paraguay e estou desenvolvendo uma pesquisa que servirá para elaboração da minha dissertação de mestrado que tem como tema: A aplicabilidade da lei 10.639/03 no cotidiano escolar das praticas educativas dos docentes no colégio estadual João Galvão Sobrinho de 2012 a 2016 :desafios e possibilidades. Sendo assim gostaria de ter a vossa colaboração na resposta das questões abaixo, que servirá para a minha pesquisa, mas também para a análise e o melhoramento das ações na nossa escola.

Desde já agradeço a colaboração.

Daize Ribeiro

IDENTIFICAÇÃO

SUJEITO PESQUISADO: PROFESSOR () COORDENADOR ()

SEXO () F () M

IDADE _____

RAÇA/COR _____

SÈRIE TRABALHADA _____ DISCIPLINA _____

QUESTIONÁRIO

1- Formação acadêmica mais elevada, já concluída:

Ensino médio.() Ensino superior.() Pós graduação() Mestrado()

2- Área de formação profissional

3- Tempo de trabalho no setor

Menos de 5 anos() De 5 a 10 anos () Mais de 10 anos.()

4- Quais cursos de atualização profissional fez nos últimos anos?

5-Como sabemos desde 2003, as escolas são obrigadas a inserir no currículo a história afro-brasileira nas áreas social, econômica e política do país, através da lei 10.639. Conhecedores dessa prerrogativa ,você considera conhecedor das disposições d alei em sua íntegra? Justifique.

R _____

6-A partir da sanção dessa lei, as instituições de ensino brasileiras passaram a ter de implementar o ensino da cultura africana. Sua escola faz uso desse ensino?Explique.

R _____

7- Quais as dificuldades em implementar o ensino da cultura africana na sua escola?

R _____

8- Você enquanto professor/coordenador se sente preparado para executar esse tipo de ensino?

R _____

9- Acredita que os cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento que o governo disponibiliza dão conta de preparar o professor para esse trabalho com o ensino da cultura africana?

R _____

10- O material didático disponibilizado pelo governo abarca o conteúdo exigido pela lei? Explique.

R _____

11- Acredita que a plena execução dos dispositivos da lei na escola e a verdadeira promoção do ensino da cultura aricana darão conta de extinguir o preconceito quando essa matriz de origem?

R _____

12- Enquanto professor e formador de opinião, acredita nessa lei ou acha que mais uma tentativa dentro de políticas públicas de inclusão que disseminam ainda mais o preconceito chamando atenção para ele?

R _____

13- Enquanto professor quais as ações que promove no sentido de ensinar a cultura africana?

R _____

14- A escola colabora?De que forma? O PPP da escola contém ações nesse sentido?

R _____

15- Como evitar que esse ensino não caia no folclorismo e alegorismo?

R

16- Que ações você propõe para dinamizar o ensino da cultura africana na sua escola? Você realmente considera necessário? Os alunos se interessam?

R

17- Qual a análise que você faz do livro didático disponibilizado para a disciplina História na sua escola?

R-

Questão específica para o coordenador

18- Enquanto coordenador considera que os professores são empáticos ao ensino da cultura africana na escola? Há uma aceitação do tema pela comunidade escolar em geral?

R-

Muito Obrigada!